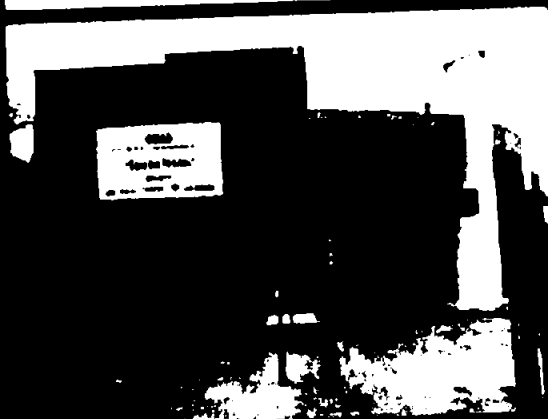


**FAMÍLIA**  
PARANAENSE  
UMA NOVA VIDA COMEÇA AQUI.



PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA - FAMÍLIA PARANAENSE

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

**DAUD**  
Diretoria de Auditorias

**BID**  
Banco Interamericano de  
Desenvolvimento

Estado do Paraná

3129/OC-BR

**RELATÓRIO DE  
AUDITORIA**

Exercício 2015



## SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO .....	2
ABREVIATURAS .....	3
LISTA DE QUADROS .....	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	5
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS .....	19
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO .....	29
RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	33
1. INTRODUÇÃO .....	34
1.1. O PROJETO .....	34
1.2. RECURSOS .....	36
1.3. GESTÃO DO PROJETO .....	37
2. ESCOPO DA AUDITORIA .....	39
2.1. UNIVERSO .....	40
2.2. OBJETIVOS .....	41
2.3. METODOLOGIA .....	42
3. AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS .....	43
3.1. SEDS / UGP .....	43
3.2. SISTEMAS DE INFORMAÇÕES .....	49
4. PROCESSOS DE AQUISIÇÕES .....	50
4.1. LICITAÇÕES .....	50
4.2. OBRAS .....	51
5. ACHADOS DE AUDITORIA .....	57
CARTA À GERÊNCIA .....	59
REGISTRO FOTOGRÁFICO .....	61



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE AUDITORIAS

2

## RESUMO EXECUTIVO

### CARACTERIZAÇÃO DA AUDITORIA

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO 3129/OC-BR	BANCO Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	MUTUÁRIO Estado do Paraná
TOTAL (US\$) 100.000.000,00	FINANCIAMENTO (US\$) 60.000.000,00	CONTRAPARTIDA LOCAL (US\$) 40.000.000,00
	60	40

#### PROJETO

Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – FAMÍLIA PARANAENSE

#### EXECUTOR

Governo do Estado do Paraná/Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS)

#### RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

PARECERES	PÁG.	TIPOS DE OPINIÕES			
		SR	CR	ADV	ABST
1 Demonstrações Financeiras					
1.1. Demonstração de Fluxos de Caixa	06	X			
1.2. Demonstração de Investimentos Acumulados					
2 Cumprimento das Cláusulas Contratuais					
2.1. Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo	20	X			
2.2. Normas Gerais do Contrato de Empréstimo					
3 Controle Interno	33	X			

Legenda: SR – Sem Ressalva CR – Com Ressalva ADV – Adverso ABST – Abstenção de Opinião



## ABREVIATURAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BR	Brasil
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializada de Assistência Social
CORECON	Conselho Regional de Economia
CRA	Conselho Regional de Administração
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
DAUD	Diretoria de Auditorias
DIFOP	Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas
IFAC	Federação Internacional de Contadores
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
NIA	Normas Internacionais de Auditoria
POA	Plano Operativo Anual
PR	Paraná
R\$	Unidade Monetária Nacional - Real
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SEDS	Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
US\$	Unidade Monetária Norte-Americana – Dólar
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto/Família Paranaense - BID



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cumprimento de Cláusulas do Contrato de Empréstimo – Disposições Especiais	22
Quadro 2 - Cumprimento de Cláusulas do Contrato de Empréstimo – Normas Gerais	25
Quadro 3 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 1	34
Quadro 4 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 2	35
Quadro 5 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 3	35
Quadro 6 - Desembolsos Efetuados pelo BID no Período Auditado	39
Quadro 7 - Solicitações de Desembolsos efetuadas pela UGP	40
Quadro 8 - Despesas Relativas ao Período Auditado - 27/12/2012 a 31/12/2015	40
Quadro 9 - Lista de processos licitatórios abertos no período auditado	50
Quadro 10 - Lista de processos licitatórios analisados pela auditoria	50
Quadro 11 - Relação de obras incluídas na amostra da auditoria	51
Quadro 12 - Percentual de recursos do Governo Estadual e contrapartida	52
Quadro 13 - Cronograma de desembolso dos recursos	52
Quadro 14 - Características da edificação	52
Quadro 15 - Aditivos de valor às obras relacionadas aos Convênios	53
Quadro 16 - Prazo de execução versus prazo previsto em Contrato	54
Quadro 17 - Contrato nº 1/2014 – Município de Campo do Tenente	55
Quadro 18 - Contrato nº 92/2012 – Município de Rio Azul	55



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA

Excelentíssima Senhora,  
Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

### **Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana**

#### **Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31/12/2015 e a Demonstração de Investimentos Acumulados em 31/12/2015, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº. 3129/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes de contrapartida do Estado do Paraná.

#### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A administração do programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade do Auditor**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria (NIAs), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados



para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras causadas por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos adotados pela Entidade relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Tal como descrito na nota explicativa nº 02, as Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com a Norma Internacional para relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

## **Opinião**

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima mencionadas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o período findo em 31/12/2015 e os investimentos acumulados do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense em 31 de dezembro de 2015, de acordo com a norma contábil mencionada no parágrafo anterior e as políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 02.

## **Assunto de Ênfase**






# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ


DIRETORIA DE AUDITORIAS

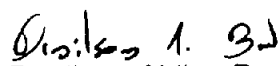
8


Chamamos a atenção à Nota Explicativa No. 03 às Demonstrações Financeiras, na qual é relatado o cancelamento dos Desembolsos 003 e 004 devido a conflitos operacionais na internalização dos recursos. Após o cancelamento, a UGP efetuou duas novas solicitações, em substituição, que estão no Demonstrativo de Fluxo de Caixa como Desembolso 006 e Desembolso 007 e classificadas como "Reembolso a ser recebido do BID", pois os recursos não ingressaram durante o período auditado.

Curitiba, 20 de maio de 2016.

  
Vitor Hugo Steinke  
Coordenador de Auditoria  
Matrícula nº 51.740-2  
CRC/PR nº 57.174

  
Denise Gomel  
Diretora da Diretoria de Auditorias  
Matrícula nº 50.675-3  
CAU nº A15413-0

  
Denilson Aldino Beal  
Analista de Controle  
Matrícula nº 51.950-2  
CORECON-PR nº 7959

  
Flavio Aronso Hernandez de Lima  
Analista de Controle  
Matrícula nº 51.937-5  
OAB-PR nº 32.440



Expresso em 1.00 US\$ dólar.

**Dispositivo para aplicação**

**DEMONSTRATIVO DE INVERSIONES ACUMULADAS**  
Enero a mayo 2015

Exercício 2015

Categorias de Investimento	Organismos Migrante				Acumulado do Exercício 2014				Movimento do Exercício 2015				Acumulado do Exercício 2015				Disponível para aplicação			
	PROJETO	BMD (R\$ M)	Agente Local	PROJETO	BMD	Agente Local	PROJETO	BMD	Agente Local	PROJETO	BMD	Agente Local	PROJETO	BMD	Agente Local	PROJETO	BMD	Agente Local		
1. PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	54.387.000,00	21.063.000,00	26.175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.004.020,33	2.132.889,34	8.971.938,30	2.132.889,34	8.971.938,30	11.004.020,33	2.132.889,34	8.971.938,30	48.172.878,67	18.008.946,00	26.203.009,81		
1.1 Assistência técnica e apoio ao modelo de acompanhamento familiar	4.634.000,00	4.634.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.103,12	0,00	15.103,12	0,00	0,00	15.103,12	0,00	15.103,12	4.619.578,88	4.614.000,00	15.103,12		
1.2 Acompanhamento dos serviços de política de assistência social	17.063.200,00	7.772.200,00	9.291.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.984.904,42	2.107.702,23	1.877.202,19	2.107.702,23	1.877.202,19	3.984.904,42	2.107.702,23	1.877.202,19	13.068.295,58	5.864.297,77	7.403.797,81		
1.3 Ações de inclusão socioeconômica	12.029.120,00	8.685.120,00	3.344.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.307,72	15.307,72	0,00	0,00	0,00	15.307,72	15.307,72	0,00	12.013.812,28	8.669.812,28	3.344.000,00		
1.4 Ações de saúde	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00		
1.5 Ações de educação	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00		
1.6 Transferência de renda para as famílias	22.591.000,00	10,00	12.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.079.637,08	0,00	7.079.637,08	0,00	0,00	7.079.637,08	0,00	7.079.637,08	5.470.292,97	0,00	5.470.292,97		
2. Melhoria de Barrios	34.140.000,00	20.425.000,00	4.878.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.476,77	272.742,31	14.734,46	272.742,31	14.734,46	287.476,77	272.742,31	14.734,46	33.812.822,23	29.152.237,09	4.888.208,54		
2.1 Promoção de renda ilicitudinária e integral de bairros	24.500.000,00	24.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.500.000,00	24.500.000,00	0,00		
2.2 Instalação, manutenção, reformas, melhorias e substituição de equipamentos para as unidades de Assistência Social	9.640.000,00	4.975.000,00	4.675.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	287.476,77	272.742,31	14.734,46	272.742,31	14.734,46	287.476,77	272.742,31	14.734,46	9.312.523,23	4.652.257,69	4.662.765,54		
3. Fortalecimento Institucional	4.833.000,00	4.403.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.822,87	6.822,87	0,00	6.822,87	0,00	6.822,87	6.822,87	0,00	4.826.177,13	4.478.177,13	150.000,00		
3.1 Realização de estudos e avaliações de avaliação de impacto e monitoramento do Projeto	1.370.000,00	1.370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.360.000,00	1.360.000,00	0,00		
3.2 Capacitação, divulgação e elaboração de materiais gráficos e materiais pedagógicos para as famílias	2.433.000,00	2.433.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.433.000,00	2.433.000,00	0,00		
3.3 Implantação do sistema de informações	900.000,00	750.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.822,87	6.822,87	0,00	6.822,87	0,00	6.822,87	6.822,87	0,00	893.177,13	743.177,13	150.000,00		
4. Administração do Projeto	8.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00		
4.1 Contabilidade	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00		
4.2 Gestão	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.3 Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.4 Materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.5 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL	140.000.000,00	68.000.000,00	48.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.208.233,97	2.482.578,12	8.988.564,85	2.482.578,12	8.988.564,85	11.208.233,97	2.482.578,12	8.988.564,85	88.818.798,83	57.597.424,08	31.813.354,15		

CONHEÇA O SEU DIREITO DE PARTICIPAR EM TODAS AS ETAPAS DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, INCLUSIVE A REVISÃO DO PREÇO, ATRAVÉS DO SEU E-MAIL: [licitacao@parana.gov.br](mailto:licitacao@parana.gov.br)



# DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS EXERCÍCIO 2015

Expresso em 100 R\$ Reais

Categorias de Investimentos	Organismo Vigente			Acumulado de Exercício 2014			Movimento de Exercício 2015			Acumulado de Exercício 2015			Disponível para aplicação		
	PROJETO	BD	APORTE LOCAL	PROJETO	BD	APORTE LOCAL	PROJETO	BD	APORTE LOCAL	PROJETO	BD	APORTE LOCAL	PROJETO	BD	APORTE LOCAL
<b>PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DAS FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE</b>															
1.1. Assistência técnica e apoio ao modelo de autocuidado familiar	18.034.717,66	18.034.717,66	127.233.238,00	0,00	0,00	0,00	48.338,70	0,00	48.338,70	43.897.428,00	7.534.371,52	38.833.057,00	174.519.182,40	74.813.914,48	901.007.177,92
1.2. Contratação de serviços de coleta de amostras locais	14.579.103,44	30.343.223,24	36.214.860,20	0,00	0,00	0,00	14.935.371,90	7.485.371,92	7.449.999,98	24.915.371,90	7.485.371,92	7.449.999,98	51.643.731,54	22.858.851,32	18.784.887,22
1.3. Atuação de equipes de assistência técnica	46.954.050,30	33.809.442,50	13.053.844,85	0,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00	0,00	49.000,00	49.000,00	0,00	45.915.050,30	33.859.245,30	13.053.844,85
1.4. Atuação de saúde	19.521.000,00	0,00	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00	0,00	19.521.000,00
1.5. Atuação de educação	19.521.000,00	0,00	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00	0,00	19.521.000,00
1.6. Transfêrencia de renda para famílias	48.992.725,00	0,00	48.992.725,00	0,00	0,00	0,00	28.134.718,40	1.000.735,33	58.727,11	28.134.718,40	1.000.735,33	58.727,11	29.862.991,60	0,00	2.862.991,60
<b>2. Melhoria de Barrios</b>	132.131.238,00	132.131.238,00	18.253.135,00	0,00	0,00	0,00	1.119.462,44	1.000.735,33	58.727,11	1.119.462,44	1.000.735,33	58.727,11	132.013.757,94	113.829.349,87	18.182.407,89
2.1. Promoção de segurança, infraestrutura e melhorias	95.652.900,00	95.652.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.652.900,00	0,00	0,00
2.2. Melhorias e reformas de equipamentos para os usuários de Assistência Social	37.481.320,00	37.428.105,00	18.253.135,00	0,00	0,00	0,00	1.119.462,44	1.000.735,33	58.727,11	1.119.462,44	1.000.735,33	58.727,11	36.367.857,56	18.167.139,07	18.193.427,89
<b>3. Fortalecimento Institucional</b>	18.008.158,60	17.502.529,60	545.630,00	0,00	0,00	0,00	21.840,00	21.840,00	0,00	21.840,00	21.840,00	0,00	18.008.158,60	17.480.689,60	545.630,00
3.1. Realização de estudos e relatórios de avaliação de impacto e monitoramento do Projeto	5.075.400,00	5.075.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.075.400,00	0,00	0,00
3.2. Capacitação dos gestores e técnicos de municípios parceiros e materiais produzidos para os municípios	9.498.918,60	9.498.918,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.498.918,60	0,00	0,00
3.3. Implantação de sistema de informações	3.513.750,00	2.924.150,00	545.630,00	0,00	0,00	0,00	21.840,00	21.840,00	0,00	21.840,00	21.840,00	0,00	3.491.940,00	2.906.310,00	545.630,00
<b>4. Administração do Projeto</b>	18.521.800,00	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00	19.521.000,00	0,00
4.1. Gastos com o Projeto	19.521.000,00	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00	19.521.000,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>	390.420.900,00	234.752.800,00	184.148.800,00	0,00	0,00	0,00	44.308.731,44	8.618.947,25	38.691.794,10	44.308.731,44	8.618.947,25	38.691.794,10	348.111.208,56	225.635.462,75	120.478.215,91

1. A taxa de câmbio utilizada foi de R\$ 1,9342 em 08/12/2015

*Marcia Dwyer Martins*  
MARCELA DWYER MARTINS EVANGELISTA  
ASSESSORA FINANCEIRA

*Leticia Regina Helen dos Reis*  
LETICIA REGINA HELEN DOS REIS  
COORDENADORA DO PROJETO

*Marietela Marchiori Chiodi*  
MARISTELA MARCHIORI CHIODI  
DIRETORA GERAL EM EXERCÍCIO SEDE



**DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA**  
(Expresso em US\$ Dólares)

	Período terminado em 31/12/2014		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
	\$0,00	\$0,00	\$0,00
	\$0,00	\$0,00	\$0,00

RECURSOS RECEBIDOS	Período terminado em 31/12/2015		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Acumulado no início do período	\$0,00	\$0,00	\$0,00
Durante o período	\$2.870.863,62	\$9.094.960,45	\$11.965.824,07
Desembolsos recebidos	\$1.968.136,65	\$0.971.543,73	\$10.959.680,38
Desembolso 001 - Adiantamento	\$1.638.497,81		\$1.638.497,81
Desembolso 002 - Reembolso	\$349.640,84		\$349.640,84
Reembolso a ser recebido do BID (pagos com recursos próprios)	\$882.724,97		\$882.724,97
Desembolso 006 - Reembolso	\$545.083,45		
Desembolso 007 - Reembolso	\$337.641,52		
Rendimentos de aplicações recebidos		\$123.416,72	\$123.416,72
Ajuste de Exercícios Anteriores			\$0,00
Outros (detalhar)			\$0,00
<b>Total de Recursos Recebidos</b>	<b>\$2.870.863,62</b>	<b>\$9.094.960,45</b>	<b>\$11.965.824,07</b>

DESEMBOLSOS EFETUADOS	Período terminado em 31/12/2015		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Acumulado no início do período	\$0,00	\$0,00	\$0,00
Durante o período	\$2.402.575,12	\$8.986.644,84	\$11.389.219,96
Desembolso 003 - Prestação de contas	\$349.640,84		\$349.640,84
Desembolso 005 - Reembolso	\$349.640,84		\$349.640,84
Desembolso 007 - Reembolso	\$0,00		\$0,00
Despesas com diários e passagens - utilização	\$2.052.934,28		\$2.052.934,28
Despesas com diários e passagens - utilização	\$1.170.209,31		\$1.170.209,31
Despesas com diários e passagens - utilização	\$545.083,45		\$545.083,45
Despesas com diários e passagens - utilização	\$337.641,52		\$337.641,52
Despesas com diários e passagens - utilização		\$15.101,12	\$15.101,12
<b>Total Desembolsado</b>	<b>\$2.402.575,12</b>	<b>\$8.986.644,84</b>	<b>\$11.389.219,96</b>

DESEMBOLSOS EFETUADOS	Período terminado em 31/12/2015		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Acumulado no início do período	\$0,00	\$0,00	\$0,00
Durante o período	\$2.402.575,12	\$8.986.644,84	\$11.389.219,96
Desembolso 003 - Prestação de contas	\$349.640,84		\$349.640,84
Desembolso 005 - Reembolso	\$349.640,84		\$349.640,84
Desembolso 007 - Reembolso	\$0,00		\$0,00
Despesas com diários e passagens - utilização	\$2.052.934,28		\$2.052.934,28
Despesas com diários e passagens - utilização	\$1.170.209,31		\$1.170.209,31
Despesas com diários e passagens - utilização	\$545.083,45		\$545.083,45
Despesas com diários e passagens - utilização	\$337.641,52		\$337.641,52
Despesas com diários e passagens - utilização		\$15.101,12	\$15.101,12
<b>Total Desembolsado</b>	<b>\$2.402.575,12</b>	<b>\$8.986.644,84</b>	<b>\$11.389.219,96</b>

**SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO**

BID	\$0,00	CONTRAPARTIDA	\$0,00	TOTAL	\$0,00
BID	\$0,00	CONTRAPARTIDA	\$0,00	TOTAL	\$0,00



# DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA (Expresso em R\$ Reais)

RECURSOS RECEBIDOS	Período terminado em 31/12/2015		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Acumulado no início do período			
Durante o período			
Desembolsos recebidos	R\$ 10.059.926,28	R\$ 318.038.502,48	R\$ 48.098.428,74
Desembolso 001 - Adiantamento	R\$ 6.541.649,37	R\$ 35.643.445,52	R\$ 42.185.094,91
Desembolso 002 - Reembolso	R\$ 5.244.831,49	R\$ 0,00	R\$ 5.244.831,49
Reembolso a ser recebido do BID (pagos com recursos próprios)	R\$ 1.296.817,88	R\$ 0,00	R\$ 1.296.817,88
Desembolso 006 - Reembolso	R\$ 3.518.276,89	R\$ 0,00	R\$ 3.518.276,89
Desembolso 007 - Reembolso	R\$ 2.172.539,10	R\$ 0,00	R\$ 2.172.539,10
Desembolso 005 - Prestação de contas	R\$ 1.345.737,79	R\$ 0,00	R\$ 1.345.737,79
Rendimentos de aplicações recebidos	R\$ 0,00	R\$ 395.056,94	R\$ 395.056,94
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros (detalhar)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total de Recursos Recebidos</b>	<b>R\$ 10.059.926,28</b>	<b>R\$ 318.038.502,48</b>	<b>R\$ 48.098.428,74</b>

DESEMBOLSOS EFETUADOS	Período terminado em 31/12/2015		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Acumulado no início do período			
Durante o período			
Desembolso 001 - Adiantamento	R\$ 6.541.649,37	R\$ 35.643.445,52	R\$ 42.185.094,91
Desembolso 002 - Reembolso	R\$ 5.244.831,49	R\$ 0,00	R\$ 5.244.831,49
Reembolso a ser recebido do BID (pagos com recursos próprios)	R\$ 1.296.817,88	R\$ 0,00	R\$ 1.296.817,88
Desembolso 006 - Reembolso	R\$ 3.518.276,89	R\$ 0,00	R\$ 3.518.276,89
Desembolso 007 - Reembolso	R\$ 2.172.539,10	R\$ 0,00	R\$ 2.172.539,10
Desembolso 005 - Prestação de contas	R\$ 1.345.737,79	R\$ 0,00	R\$ 1.345.737,79
Rendimentos de aplicações recebidos	R\$ 0,00	R\$ 395.056,94	R\$ 395.056,94
Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros (detalhar)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total de Desembolsos Efetuados</b>	<b>R\$ 10.059.926,28</b>	<b>R\$ 318.038.502,48</b>	<b>R\$ 48.098.428,74</b>

<b>Total Desembolsado</b>	<b>R\$ 10.059.926,28</b>	<b>R\$ 318.038.502,48</b>	<b>R\$ 48.098.428,74</b>
<b>SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

MARCELA DIVAIR MARTINS EVANGELISTA  
ASSESSORA FINANCEIRA

LETICIA REGINA HILLEN DOS REIS  
COORDENADORA DO PROJETO

MARISTELA MARCHIRO CHUDZY  
DIRETORA GERAL EM EXERCÍCIO SEDE



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA Exercício 2015**

### **1. PROGRAMA INTEGRADO DE INCLUSÃO SOCIAL E REQUALIFICAÇÃO URBANA – FAMÍLIA PARANAENSE**

O Governo do Paraná firmou um Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiamento parcial do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, a ser coordenado pela SEDS sob a execução da UGP, conforme autorização legislativa.

O objetivo geral do Programa é promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias que residem em territórios de maior concentração de pobreza, mediante a articulação de políticas municipais e estaduais e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do Governo.

O custo total do Projeto equivale a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares), dos quais US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) serão financiados pelo BID.

Atualmente o projeto tem a Unidade Executora do Projeto – UGP, na Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social e também conta com participação das Secretarias de Estado da Educação, de Saúde, de Abastecimento, a Paraná Edificações – PRED, e a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

### **2. Principais Políticas Contábeis**

#### **• Base Contabilidade de Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento



dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo *"IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa"*.

- **Unidade Monetária**

Os registros do programa são feitos em moeda local, através do SIAF – Sistema de Informações de Acompanhamento Financeiro. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio da apresentação da solicitação de desembolso para a contrapartida e gastos reembolsáveis e do momento da internalização para os recursos que utilizam valores do adiantamento.

### **3. Solicitações de Desembolso canceladas**

Alguns conflitos operacionais na internalização dos recursos dos reembolsos 003 e 004, ocorreram em relação ao CNPJ da conta pagadora do recurso, onde seriam depositados os recursos tendo em vista que a referida conta está vinculada ao CNPJ do Fundo Estadual de Assistência Social. Visto isso, no momento do ingresso do recurso não foi possível concluir tal ação, pelo fato de que o Registro de Operações Financeiras – ROF, está vinculado apenas ao CNPJ da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme informações da Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE, Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública. Portanto o conflito acima descrito levou ao cancelamento destas solicitações.

Após identificado pelo Banco os valores devolvidos, foram realizadas



duas novas solicitações, como segue:

- Desembolso nº 006 – Modalidade Reembolso no valor de R\$ 545.083,45, em substituição do Desembolso nº 003, sofrendo impacto negativo devido à variação cambial, onde no primeiro momento a taxa aplicada era de 3,8692 para os gastos reembolsáveis e de contrapartida e na segunda solicitação ficou em 3,9857. Resultando em uma diferença de US\$ 16.412,15 na fonte BID e US\$ 98.844,27 na Contrapartida;
- Desembolso nº 007 – Modalidade Reembolso no valor de R\$ 337.641,52, em substituição do Desembolso nº 004, com impacto da variação cambial já mencionada devido as taxas serem as mesmas (solicitações realizadas no mesmo dia), porém foram inseridos gastos elegíveis e o valor total apresentou variação positiva na fonte BID de US\$ 97.538,22 e negativa na contrapartida no valor de US\$ 129.007,50.

#### SOLICITAÇÃO DE DESEMBOLSO REALIZADAS

Solicitações de Desembolsos do Projeto	Data referência	Valor US\$
Desembolso nº 001 – Modalidade Adiantamento	03/03/2015	1.638.497,81
Desembolso nº 002 – Modalidade Reembolso	10/09/2015	349.640,84
Desembolso nº 003 – Modalidade Reembolso (Cancelado)	10/09/2015	561.495,68
Desembolso nº 004 – Modalidade Reembolso (Cancelado)	10/09/2015	240.103,30
Devolução do Desembolso nº 003 e 004	31/12/2015	- 801.598,98
Desembolso nº 005 – Modalidade Prestação de Contas	31/12/2015	1.170.209,31
Desembolso nº 006 – Modalidade Reembolso	13/01/2016	545.083,45
Desembolso nº 007 – Modalidade Reembolso	13/01/2016	337.641,52
Total de gastos elegíveis – Fonte BID ( 02 + 05 + 06 + 07)		2.402.575,12

#### 4. Rendimentos de Aplicações Financeiras – Detalhamento

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro estão depositados nas contas





bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por rendimentos financeiros de aplicações financeiras.

Em US\$

Descrição	Valor R\$	Câmbio	Valor US\$
Rendimentos de Março a Dezembro de 2015	394.634,37	3,2010	123.284,71
Despesa Passagens e Diárias (utilizando saldo rendimentos)	- 48.338,70	3,2010	- 15.101,12
Devolução saldo aplicação financeira – Repasse Fundo a Fundo	422,57	3,2010	132,01
<b>Total</b>	<b>346.718,24</b>	<b>3,2010</b>	<b>108.315,60</b>

#### 5. Detalhamento de diferenças

Informamos que ocorreu um pagamento realizado indevidamente pela Secretaria da Fazenda, na data de 17/12/2015, onde juntamente foram pagos outras despesas do projeto, conforme detalhamento abaixo:

Descrição do Pagamento	Nº OPN	Valor
FMAS CERRO AZUL - INCENTIVO II PROG. FAMILIA PARANAENSE – DEL.028/2015– CEAS (PARCELA ÚNICA)	57.61.0000/5/00957-1	R\$ 40.000,00
ROGERIO JOAQUIM DE OLIVEIRA - CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA P/ APRIMORAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES (+ INSS PATRONAL)	57.02.0000/5/03553-1 a 57.02.0000/5/03557-1	R\$ 21.840,00
Pagamento indevido	-	R\$ 15.078,00
<b>Total em R\$</b>		<b>R\$ 76.918,00</b>
<b>Taxa câmbio 3,2010 (intenalização 1º adiantamento)</b>		<b>US\$ 24.029,36</b>
<b>Pagamento do projeto</b>		<b>US\$ 19.318,96</b>
<b>Diferença</b>		<b>US\$ 4.710,40</b>

Com relação ao valor da diferença, informamos que a devolução foi realizada em 15/01/2016, conforme extrato anexo.



**6. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão.**

**Em US\$**

<b>Categorias de Inversão</b>	<b>Demonstração de Investimentos</b>	<b>WLMS-1 Disbursed Amount</b>	<b>Diferença</b>
1. Promoção da Autonomia das Famílias em Situação de Vuln. Social	11.094.920,33	123.600,74	10.971.319,59
2. Melhoria de Bairros	287.476,76	226.040,10	61.436,66
3. Fortalecimento Institucional	6.822,87	0,00	6.822,87
4. Administração do Projeto	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>11.389.219,96</b>	<b>349.640,84</b>	<b>11.039.579,12</b>

**6.1 Adiantamentos pendentes de justificação, Reembolsos não efetuados e Contrapartida pendente de reconhecimento.**

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 1.170.209,31 e reembolsos ainda não efetuados de US\$ 882.724,97, e estão representados nas seguintes solicitações de desembolsos pendentes de tramitação.

Além dos recursos da fonte BID nas solicitações em tramitação, ainda devemos considerar o valor a ser reconhecido como contrapartida já executada no projeto, no valor de US\$ 8.986.644,85.

Os valores descritos, quando somados, são relativos à diferença encontrada na Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID, conforme observa-se na sequência:

<b>Solicitações de Desembolsos Pendentes de Tramitação</b>	<b>US\$</b>
Desembolso nº 005 – Contrapartida	1.404.126,43
Desembolso nº 006 – Contrapartida	3.282.817,57
Desembolso nº 007 – Contrapartida	4.284.599,73
Utilização de rendimentos financeiros – Diárias e Passagens	15.101,12
<b>Sub Total - Fonte Contrapartida</b>	<b>8.986.644,85</b>



Solicitações de Desembolsos Pendentes de Tramitação	US\$
Desembolso nº 005 – Modalidade Prestação de Contas	1.170.209,31
Desembolso nº 006 – Modalidade Reembolso	545.083,45
Desembolso nº 007 – Modalidade Reembolso	337.641,52
Sub Total - Fonte BID	2.402.575,12
<b>TOTAL</b>	<b>11.374.118,85</b>

  
\_\_\_\_\_  
**MARISTELA MARCHIORO CHUDZY**  
**DIRETORA GERAL EM EXERCÍCIO - SEDS**

  
\_\_\_\_\_  
**MARCELA D. MARTINS EVANGELISTA**  
**ASSESSORA FINANCEIRA**

  
\_\_\_\_\_  
**LETÍCIA R. HILLEN DOS REIS**  
**COORDENADORA DO PROJETO**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O  
CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBEIS E FINANCEIRAS E DO REGULAMENTO OPERACIONAL

Excelentíssima Senhora,

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

### **Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa referente ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015 do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº. 3129/OC-BR entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, executado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos.

Em conexão com nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas disposições especiais e normas gerais do Contrato de Empréstimo nº. 3129/OC-BR, e o cumprimento do estabelecido no Regulamento Operacional do Programa, aplicáveis em 31 de dezembro de 2015. Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos nº I, II, III, IV e V, Cláusulas de nºs 1.01, 1.02, 1.03, 1.04, 1.05, 1.06, 1.08, 1.09, 1.10, 2.01, 2.02, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 4.01, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 5.01, 5.03, as Normas Gerais descritas nos Capítulos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, Artigos nºs 3.01, 3.02, 3.08, 3.09, 3.12, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 5.01, 5.02, 5.03, 5.04, 5.05, 5.06, 5.07, 5.08, 5.09, 5.10, 5.11, 5.12, 5.13, 6.01, 6.02, 6.03, 6.04, 6.05, 6.06, 7.01, 7.02, 7.03, 7.04, 8.01, 8.02, 8.03, 9.01, 9.02 e as disposições estabelecidas no Regulamento Operacional do Programa.

Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria (NIAs), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para obtermos uma certeza



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ


DIRETORIA DE AUDITORIAS

21


razoável de que o Mutuário cumpriu as cláusulas pertinentes do Contrato de Empréstimo, e as leis e regulamentos aplicáveis, bem como as disposições contidas do Regulamento Operacional do Programa. A auditoria inclui o exame, baseado em provas, da evidência apropriada. Consideramos que nossa auditoria proporciona uma base razoável para nossa opinião.


Em nossa opinião, durante o ano findo em 31 de dezembro de 2015, a Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais, as cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro do Contrato de Empréstimo para o Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense nº. 3129/OC-BR e as leis e os regulamentos aplicáveis, bem como o Regulamento Operacional do Programa.

Curitiba, 20 de maio de 2016.

  
Vitor Hugo Steinke  
Coordenador de Auditoria  
Matricula nº 51.740-2  
CRC/PR nº 57.174

  
Denise Gomel  
Diretora da Diretoria de Auditorias  
Matricula nº 50.675-3  
CAU nº A15413-0

  
Denilson Aldino Beal  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.950-2  
CORECON-PR nº 7959

  
Flavio Alonzo Hernandez de Lima  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.937-5  
OAB-PR nº 32.440



## INSTRUMENTO: CONTRATO DE EMPRÉSTIMO - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Quadro 1 - Cumprimento de Cláusulas do Contrato de Empréstimo – Disposições Especiais

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
1.01	<u>Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo.</u>	Os investimentos realizados com recursos do contrato de empréstimo até 31/12/2015 totalizaram US\$2.402.575,12, equivalente a R\$8.616.947,25.
1.02	<u>Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos.</u>	<p>O Mutuário realizou as seguintes solicitações de desembolso no período auditado:</p> <p>Desembolso nº 001 – Modalidade Adiantamento em 03/03/2015 no valor de US\$1.638.497,81;</p> <p>Desembolso nº 002 – Modalidade Reembolso em 10/09/2015 no valor de US\$349.640,84;</p> <p>Desembolso nº 003 – Modalidade Reembolso (<b>Cancelado</b>) em 10/09/2015 no valor de US\$561.495,68;</p> <p>Desembolso nº 004 – Modalidade Reembolso (<b>Cancelado</b>) em 10/09/2015 no valor de US\$240.103,30;</p> <p>Desembolso nº 005 – Modalidade Prestação de Contas em 31/12/2015 no valor de US\$1.170.209,31;</p> <p>Desembolso nº 006 – Modalidade Reembolso em 13/01/2016 no valor de US\$545.083,45;</p> <p>Desembolso nº 007 – Modalidade Reembolso em 13/01/2016 no valor de US\$337.641,52.</p>
1.03	<u>Disponibilidade de moeda.</u>	Os desembolsos do Programa são efetuados em dólares.
1.04	<u>Prazo para desembolsos.</u>	O programa encontra-se no segundo ano de execução, e até o momento sem extensão no prazo original de desembolsos.
1.05	<u>Cronograma de Amortização.</u>	Conforme relatório de Controle da Dívida Pública da Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE, os valores do empréstimo desembolsados até 31/12/2015 já se encontram devidamente inscritos em Dívida Pública, e com amortização provisionada.
1.06	<u>Juros.</u>	<p>Até 31/12/2015 o Mutuário efetuou o pagamento de US\$12.758,29 equivalente a R\$46.068,92 de juros, conforme relatório da Coordenação da Administração Financeira do Estado–CAFE.</p> <p>O primeiro pagamento em 13/05/2015 no valor de US\$2.890,94 ou R\$8.671,66.</p> <p>O segundo pagamento em 12/11/2015 no valor de US\$9.867,35 ou R\$37.397,26.</p>
1.08	<u>Comissão de Crédito.</u>	<p>Até 31/12/2015 o Mutuário efetuou o pagamento de US\$164.155,90 equivalente a R\$543.450,31 de comissão de crédito, conforme relatório da Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE.</p> <p>O primeiro pagamento em 13/11/2014 no valor de US\$16.849,32 ou R\$43.454,40.</p> <p>O segundo pagamento em 13/05/2015 no valor de US\$73.755,10 ou R\$221.235,80.</p> <p>O terceiro pagamento em 12/11/2015 no valor de US\$73.551,48 ou R\$278.760,11.</p>



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE AUDITORIAS

23

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
1.09	<u>Recursos para Inspeção e Supervisão.</u>	<p>A UGP não soube informar sobre o estabelecido nesta cláusula e conforme Relatório da Coordenação da Administração Financeira do Estado – CAFE estão previstos os seguintes pagamentos referente a Recursos para Inspeção e Supervisão no ano de 2016:</p> <p>- Em 15/05/2016 pagamento de US\$202.977,51 equivalente a R\$792.586,58.</p> <p>- Em 15/11/2016 pagamento de US\$156.137,51 equivalente a R\$609.685,75.</p>
1.10	<u>Conversão.</u>	<p>Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.</p>
2.01	<u>Custo do Projeto.</u>	<p>A execução do programa até 31/12/2015 totalizou US\$11.389.219,97, o equivalente a R\$44.308.731,44.</p>
2.02	<u>Recursos adicionais.</u>	<p>Os recursos de contrapartida estão sendo alocados oportunamente e em montante suficiente para a execução do Programa.</p> <p>Até 31/12/2015, o aporte de recursos a título de Contrapartida Local foi de US\$8.986.644,85, equivalente a R\$35.691.784,19.</p>
3.01	<u>Utilização dos recursos do Empréstimo.</u>	<p>Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.</p>
3.02	<u>Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.</u>	<p>A equipe de auditoria não detectou evidências do descumprimento desta cláusula, e conforme CBR-3849/2014 de 12/11/2014, o Banco considerou todos os itens desta cláusula cumpridos.</p> <p>Apenas com relação ao item (e) desta cláusula, que apesar de haver a "não objeção" do Banco, tal instrumento não pôde ser firmado entre a COHAPAR e o Mutuário.</p>
3.03	<u>Reembolso de despesas a débito do Empréstimo.</u>	<p>O reembolso de despesas a débito do empréstimo foi realizado conforme a seguir:</p> <p>-Despesas anteriores a 16/12/2013: US\$379.507,69 ou R\$1.482.640,55</p> <p>-Despesas efetuadas a partir de 16/12/2013 e anteriores a 06/08/2014: US\$515.216,59 ou R\$2.042.728,89</p> <p>-Total de despesas com recursos do Banco anteriores a 06/08/2014: US\$894.724,29 ou R\$3.525.369,44.</p>
3.04	<u>Taxa de câmbio.</u>	<p>Cláusula cumprida.</p>
4.01	<u>Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens.</u>	<p>Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.</p> <p>Não houve processo de contratação de nenhum tipo de obra no período auditado.</p>
4.02	<u>Manutenção.</u>	<p>Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.</p>





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

24

DIRETORIA DE AUDITORIAS

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
4.03	<u>Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local.</u>	<p>O reembolso de despesas a débito do empréstimo foi realizado conforme a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>-Despesas anteriores a 16/12/2013: US\$332.653,74 ou R\$1.325.858,00</li><li>-Despesas efetuadas a partir de 16/12/2013 e anteriores a 06/08/2014: US\$2.950.163,84 ou R\$11.758.468,00</li><li>-Total de despesas com recursos do Banco anteriores a 06/08/2014: US\$3.282.817,58 ou R\$13.084.326,00.</li></ul>
4.04	<u>Seleção e contratação de serviços de consultoria.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
4.05	<u>Atualização do Plano de Aquisições.</u>	<p>A UGP entregou duas versões do Plano de Aquisições à equipe de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- PA versão Agosto de 2015;</li><li>- PA versão Fevereiro de 2016.</li></ul>
4.06	<u>Condições especiais de execução.</u>	Até 31/12/2015, a UGP não iniciou nenhum processo de licitação de obras.
4.07	<u>Modificações no Manual Operacional e instrumentos jurídicos.</u>	<p>Não há registros de alterações no Manual Operacional do Projeto.</p> <p>Em 31/12/2015, ainda existiam pendências com relação ao instrumento jurídico que deveria ser firmado entre o Mutuario e a COHAPAR. Conforme registrado em Ajuda Memória da Missão de Supervisão em novembro de 2015: <i>"devido às limitações da nova legislação, que impede o repasse de recursos entre as duas instituições, o esquema de cooperação com a COHAPAR deve ser refeito"</i>.</p>
5.01	<u>Registros, inspeções e relatórios.</u>	<p>Os registros e relatórios financeiros estão sendo produzidos de forma tempestiva e adequada.</p> <p>O sistema de informação financeira SIGMA-PP encontra-se com funcionamento parcial ao esperado para o controle do Programa.</p> <p>O controle interno da UGP esta estruturado de forma aceitável e razoavelmente adequado para controlar as ações do Programa. A análise do controle interno está melhor detalhada no capítulo 3 deste Relatório.</p>
5.03	<u>Relatórios de avaliação.</u>	Cláusula cumprida.

Fonte: Contrato de Empréstimo 3129/OC-BR e Registros da Auditoria



## INSTRUMENTO: CONTRATO DE EMPRÉSTIMO – NORMAS GERAIS

Quadro 2 - Cumprimento de Cláusulas do Contrato de Empréstimo – Normas Gerais

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
3.01	<u>Datas de pagamento de Amortização e de Juros.</u>	Comentários na Cláusula 1.06 das disposições especiais.
3.02	<u>Modificação do Cronograma de Amortização.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer modificação relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
3.08	<u>Pagamentos antecipados.</u>	Até 31/12/2015, não houve antecipação de pagamentos, conforme relatório da CAFE.
3.09	<u>Imputação de pagamentos.</u>	Não se aplica ao período auditado.
3.12	<u>Participações.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
4.02	<u>Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.</u>	A equipe de auditoria não detectou evidências do descumprimento desta cláusula, e conforme CBR-3849/2014 de 12/11/2014, o Banco considerou todos os itens desta cláusula cumpridos.
4.03	<u>Requisitos para qualquer desembolso.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
4.04	<u>Desembolsos para Cooperação Técnica.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
4.05	<u>Procedimento de desembolso.</u>	Até 31/12/2015, o Banco efetuou os seguintes desembolsos:  Desembolso nº 001 – Modalidade Adiantamento em 03/03/2015 no valor de US\$1.638.497,81.  Desembolso nº 002 – Modalidade Reembolso em 10/09/2015 no valor de US\$349.640,84;
4.06	<u>Reembolso de despesas.</u>	As solicitações de desembolso efetuadas pelo Mutuário, na modalidade reembolso, foram feitas para reembolsar despesas ocorridas no período retroativo do contrato e no exercício de 2015.
4.07	<u>Adiantamento de Fundos.</u>	O Mutuário solicitou um Desembolso na modalidade de adiantamento e efetuou uma prestação de contas parcial conforme segue:  Desembolso nº 001 – Modalidade Adiantamento em 03/03/2015 no valor de US\$1.638.497,81;  Desembolso nº 005 – Modalidade Prestação de Contas em 31/12/2015 no valor de US\$1.170.209,31.
4.08	<u>Período de Encerramento.</u>	Não se aplica ao período auditado.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE AUDITORIAS

26

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
4.10	<u>Determinação do valor de moedas conversíveis.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
4.11	<u>Recibos.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
4.12	<u>Renúncia a parte do Empréstimo.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
4.13	<u>Cancelamento automático de parte do Empréstimo.</u>	Não se aplica ao período auditado.
5.01	<u>Exercício da Opção de Conversão.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.02	<u>Requisitos para toda Conversão.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.03	<u>Conversão de Moeda por Prazo Total ou por Prazo Parcial.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.04	<u>Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.05	<u>Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de Conversão de Moeda.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.06	<u>Comissões de operação aplicáveis a Conversões.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.07	<u>Custos de Captação e Prêmios ou Descontos associados a uma Conversão.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.08	<u>Prêmios pagáveis por Tetos (caps) de Taxa de Juros ou Faixas (collar) de Taxa de Juros.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.09	<u>Eventos de Interrupção das Cotações.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

27

DIRETORIA DE AUDITORIAS

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
5.10	<u>Cancelamento e Reversão da Conversão de Moeda.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.11	<u>Ganhos ou perdas associadas a Re-denominação a Dólares.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.12	<u>Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
5.13	<u>Custos, gastos ou perdas em caso de Conversões.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
6.01	<u>Suspensão de desembolsos.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
6.02	<u>Termino, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
6.03	<u>Práticas Proibidas.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
6.04	<u>Obrigações não atingidas.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
6.05	<u>Reserva de direitos.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
6.06	<u>Disposições não atingidas.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
7.01	<u>Disposições gerais relativas a execução do Projeto.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
7.02	<u>Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

28

DIRETORIA DE AUDITORIAS

CLÁUSULA	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS
7.03	<u>Utilização de bens.</u>	Não foram identificados pela auditoria bens exclusivos do projeto que estejam sendo utilizados para outros fins.
7.04	<u>Recursos adicionais.</u>	O Executor encaminhou ao BID as informações solicitadas e vem aportando os recursos de contrapartida conforme acordado no Contrato de Empréstimo.
8.01	<u>Sistema de informação financeira e controle interno.</u>	<p>O Executor mantém sistema de controle interno organizado de modo a prover a documentação necessária para verificar as transações e a facilitar a preparação das demonstrações financeiras e dos relatórios.</p> <p>Os registros do Projeto permitem a identificação das quantias recebidas das diversas fontes.</p> <p>Os registros do Projeto estão sendo efetuados em conformidade com o Plano de Contas aprovado pelo Banco.</p> <p>Os investimentos do Projeto são registrados em contas específicas e permitem a identificação das obras, bens e serviços.</p> <p>O Executor mantém arquivos da documentação em condições de atender satisfatoriamente o requerido neste dispositivo contratual.</p> <p>O SIAF (Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro do Estado) e o SIGMA-PP (Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos) são os sistemas responsáveis pela gestão financeira do Projeto. O SIGMA-PP desenvolvido pela CELEPAR deverá apoiar a UGP no gerenciamento financeiro, pois extrai os dados do SIAF e permite o acompanhamento mais detalhado da execução financeira das iniciativas envolvidas no Projeto, além de agilizar a emissão de Relatórios Financeiros. No entanto, até 31/12/2015, o SIGMA-PP não estava plenamente adaptado para o Programa do BID, e com isso sua utilização restringia-se a importação dos dados do SIAF.</p>
8.02	<u>Inspecções.</u>	Não foram constatadas evidências do descumprimento desta cláusula.
8.03	<u>Relatórios.</u>	Comentários na Cláusula 5.03 das disposições especiais.
9.01	<u>Compromisso relativo a gravames.</u>	Não chegou ao conhecimento desta equipe de auditoria qualquer ocorrência relacionada a esta cláusula durante o período auditado.
9.02	<u>Isenção de impostos.</u>	Durante o período auditado, os pagamentos foram efetuados conforme estabelecido no contrato de empréstimo e com observância do disposto nesta cláusula.

Fonte: Contrato de Empréstimo 3129/OC-BR e Registros da Auditoria



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE  
CONTROLE INTERNO**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Excelentíssimo Senhora,

Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social

### **Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo nº. 3129/OC-BR, e do aporte local do Estado do Paraná, executado pela Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Unidade de Gerenciamento do Projeto é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

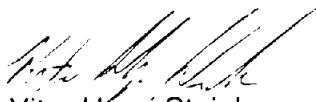


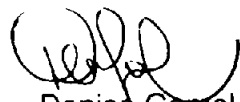
Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente, e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Projeto, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionado com o sistema de controle interno e sua operação, que não consideramos "condições que merecem ser informadas", em conformidade com as normas internacionais de auditoria. As "condições que merecem ser informadas" compreendem assuntos que chamariam a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que a concepção ou a operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos servidores no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

Curitiba, 20 de maio de 2016.

  
Vitor Hugó Steinke  
Coordenador de Auditoria  
Matrícula nº 51.740-2  
CRC/PR nº 57.174

  
Denise Gomel  
Diretora da Diretoria de Auditorias  
Matrícula nº 50.675-3  
CAU nº A15413-0





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

32

DIRETORIA DE AUDITORIAS

*Denilson A. Beal*  
Denilson Aldino Beal  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.950-2  
CORECON-PR nº 7959

*Flávio Augusto Hernandez de Lima*  
Flávio Augusto Hernandez de Lima  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.937-5  
OAB-PR nº 32.440

*Lucio Magalhaes Araujo Hyczy*  
Lucio Magalhaes Araujo Hyczy  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.963-4  
CREA-PR nº 33.902/D



**RELATÓRIO DE AUDITORIA**



## 1. Introdução

O presente Relatório trata do Contrato de Empréstimo nº 3129, firmado em 06 de agosto de 2014, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Estado do Paraná, no valor de 60 milhões de dólares, destinados ao co-financiamento do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, no qual o custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a 100 milhões de dólares em cinco anos de execução.

O exercício de 2015 é o primeiro exercício auditado do programa, de forma que o presente Relatório é o primeiro Relatório de Auditoria Independente do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense.

### 1.1. O Projeto

O objetivo do Programa é promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias que residem em territórios de maior concentração de pobreza, mediante a articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo.

O atingimento deste objetivo se dará a partir da execução de ações previstas em quatro componentes:

- a) Componente 1: (Custo total estimado: US\$56.267.000,00; Banco: US\$21.092.000). Denominado Promoção da Autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade, o objetivo deste componente é atender aproximadamente 22.000 famílias que vivem nos municípios prioritários do Projeto, viabilizando o acesso aos principais programas sociais de forma articulada, em especial, inclusão produtiva e de trabalho, saúde, educação e assistência social, organizados em seis subcomponentes detalhados no Quadro 3.

Quadro 3 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 1

COMPONENTE	EXECUTOR	OBJETIVO	BID + LOCAL (US\$)
1.1 Assistência técnica e apoio ao modelo de acompanhamento familiar	SEDS	Suporte técnico e material para a Política de Assistência Social voltada aos municípios integrantes do Programa Família Paranaense.	4.634.680
1.2 Cofinanciamento dos serviços de política de assistência social	SEDS	Incentivo financeiro para os municípios integrantes do Projeto visando a manutenção da Política de Assistência Social	17.053.200
1.3 Ações de inclusão socioeconômica	SEDS/SEAB	Ações para a capacitação ao trabalho às famílias atendidas pelo Programa Família Paranaense.	12.029.120



		Ações para a sustentabilidade das famílias da zona rural atendidas pelo Programa Família Paranaense.	
1.4 Ações de saúde	SESA	Acompanhamento das condições mínimas de saúde das famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense.	5.000.000
1.5 Ações de educação	SEED	Ampliação de jornada escolar. Educação de Jovens e Adultos e ações educativas voltadas para a família.	5.000.000
1.6 Transferência de renda para as famílias	SEDS	Transferência de Renda pelo Governo do Estado que amplia a linha de extrema pobreza.	12.550.000

Fonte: Manual Operacional do Projeto.

- b) Componente 2: (Custo total estimado: US\$34.100.000,00, Banco: US\$29.425.000). Denominado Melhoria Integrada de Bairros, o objetivo principal deste componente é a melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários e da infraestrutura social em municípios prioritários, a fim de contribuir para a redução da vulnerabilidade social das famílias, organizado em dois subcomponentes detalhados no Quadro 4.

Quadro 4 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 2

COMPONENTE	EXECUTOR	OBJETIVO	BID + LOCAL (US\$)
2.1 Promoção de requalificação urbana e integrada de bairros	SEDS/COHAPAR	Construção e, reforma de casas, bem como a regularização fundiária de lotes.	24.500.000
2.2 Instalação, estruturação, reformas, melhorias e aquisições de equipamentos para as unidades de Assistência Social	SEDS/PRED	Atividades para a melhoria do atendimento de CRAS e CREAS.	9.600.000

Fonte: Manual Operacional do Projeto.

- c) Componente 3: (Custo total estimado: US\$4.633.000,00, Banco: US\$4.483.000). Denominado Fortalecimento Institucional, o objetivo é fortalecer a capacidade de gestão do Projeto em nível estadual, regional municipal e local, organizado em três subcomponentes detalhados no Quadro 5. Até o encerramento do exercício de 2015 não houve gastos para este componente.

Quadro 5 - Subcomponentes, Executores, Objetivos e Custos do Componente 3

COMPONENTE	EXECUTOR	OBJETIVO	BID + LOCAL (US\$)
3.1 Realização de estudo e relatórios de avaliação de impacto e monitoramento do Projeto.	SEDS	Fortalecer a capacidade de gestão do Projeto em nível estadual, regional municipal e local.	1.300.000
3.2 Capacitação, divulgação, elaboração de materiais gráficos e materiais pedagógicos para as famílias	SEDS		2.433.000
3.3 Implantação do sistema de informações	SEDS		950.000

Fonte: Manual Operacional do Projeto.



- d) Componente 4: (Custo total estimado: US\$5.000.000,00, Banco: US\$5.000.000). Denominado Administração do Projeto, este componente financiará as atividades da Unidade de Gerenciamento do Projeto, dirigida tecnicamente pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), e a empresa de apoio ao gerenciamento das ações do projeto. Até o encerramento do exercício de 2015 não houve gastos para este componente.

## 1.2. Recursos

Para o recebimento dos recursos do empréstimo, o projeto tem um arranjo de Desembolso com três modalidades distintas: Adiantamento de recursos, Reembolso por pagamentos efetuados, e Pagamento direto aos fornecedores. Todos os desembolsos do projeto devem ser realizados somente após cumpridos os requisitos previstos nas Normas Gerais e Condições Especiais e Condições prévias ao primeiro desembolso e as que forem pertinentes ao Contrato de Empréstimo.

Os Desembolsos efetuados pelo Banco são feitos em três modalidades distintas, contudo, a "Solicitação de Desembolso" efetuada pela UGP possui, além das modalidades de Desembolso, a modalidade "Prestação de Contas", na qual comprova-se os gastos de um Desembolso realizado por Adiantamento de recursos.

No período auditado foram feitas cinco "Solicitações de Desembolso" pela UGP: Desembolso 001 na modalidade de adiantamento; Desembolsos 002, 003 e 004 na modalidade de Reembolso, e Desembolso 005 na modalidade de prestação de contas, na qual é apresentada a comprovação dos gastos do Desembolso 001.

O Adiantamento de recursos é utilizado para atender previsões de despesas periódicas, de 3 a 6 meses, com base no Plano Financeiro de despesas por atividades do POA e o fluxo de caixa projetado. No período auditado foi efetuado somente um Desembolso nesta modalidade, o Desembolso nº 001, no valor de US\$1.638.497,81, dos quais foram gastos US\$1.170.209,31.

O Reembolso por pagamentos efetuados consiste no desembolso de recursos pelo BID para o reembolso ao Estado por pagamentos efetuados para realização de despesas elegíveis de acordo com as disposições do Contrato de Empréstimo, com recursos próprios, diferentes de recursos de adiantamento. Durante o exercício auditado foram realizadas três Solicitações de Desembolso nesta modalidade, e destas, as de número 003 e 004 foram



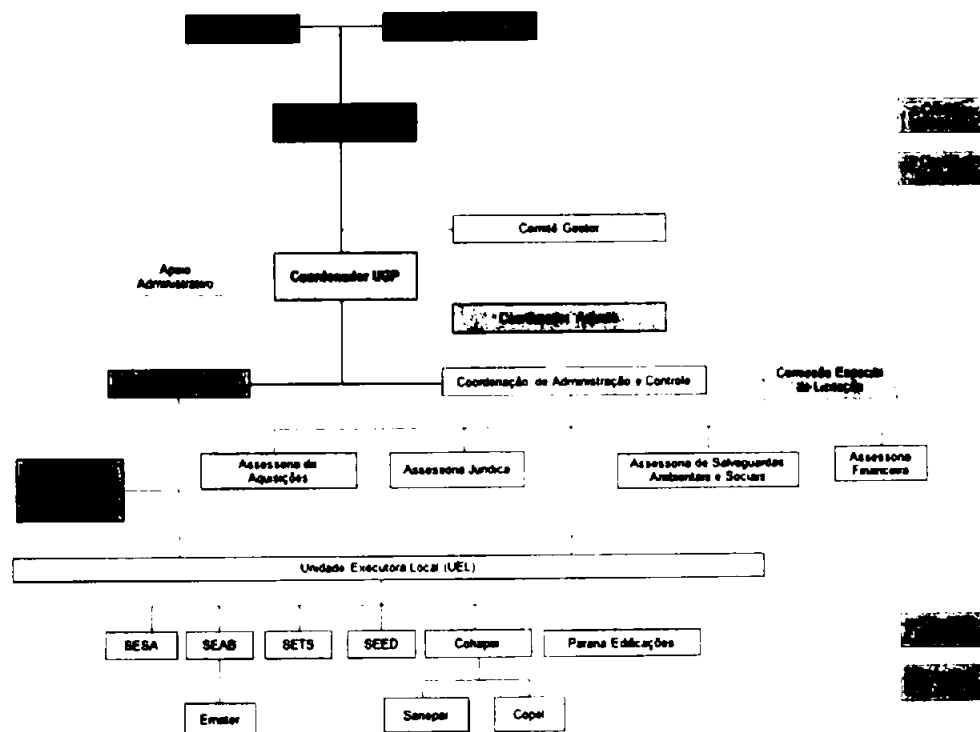
canceladas por conflitos operacionais entre a conta pagadora do recurso e a conta de ingresso do recurso. Em janeiro de 2016, após o período auditado, foram feitas as Solicitações de Desembolso 006 e 007 em substituição às Solicitações de Desembolso 003 e 004.

O Pagamento direto aos fornecedores é uma modalidade em que o Banco efetua pagamentos a terceiros em nome do Estado. Até 31/12/2015 não houve nenhuma Solicitação de Desembolso nesta modalidade.

### 1.3. Gestão do Projeto

A Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDS) é responsável pela gestão do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, o qual envolve: quatro Secretarias de Estado (SEDS; SEAB; SESA; SEED), uma autarquia estadual (PRED), e uma empresa de economia mista, a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, que atua na execução dos programas habitacionais do governo do Estado. Para tanto, foi instituída, através do Decreto Estadual nº10.456 de 26/03/2014, no âmbito da SEDS, a Unidade de Gerenciamento do Programa, denominada de UGP/Família Paranaense – BID e um Comitê Gestor, conforme arranjo institucional ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Arranjo Institucional



Fonte: Manual Operacional do Projeto



Compete a UGP/Família Paranaense – BID, segundo o Manual Operacional do Projeto:

- a) Controlar e acompanhar a implementação das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto, integrando os esforços dos agentes envolvidos diretamente em sua execução e os demais organismos e instituições públicas e privadas intervenientes ou parceiras;
- b) Mobilizar, orientar, supervisionar, integrar e respaldar a empresa vencedora do processo seletivo de que trata este Termo de Referência, os órgãos federais, estaduais e municipais participantes do Projeto, bem como as demais instituições parceiras e os colaboradores que venham a ser contratados para a implementação das ações do Projeto;
- c) Adotar todas as providências necessárias ao cumprimento das condições prévias aos desembolsos dos recursos do financiamento;
- d) Planejar e programar as ações gerais e atividades específicas do Projeto em todas suas etapas, observadas a legislação vigente aplicável, as normas contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo e seu Anexo, e os procedimentos operacionais estabelecidos nos documentos internos do BID, conforme determinado no Contrato de Empréstimo e seus anexos;
- e) Coordenar e promover, junto aos demais órgãos participantes, atividades de divulgação pública do Projeto e de interação com a comunidade abrangida;
- f) Preparar e apresentar ao BID, para prévia não objeção, o Plano Operativo Anual - POA e o Plano de Aquisições (PA) do Projeto;
- g) Elaborar as diretrizes e propostas anuais orçamentárias do Projeto, de acordo com as normas vigentes;
- h) Revisar e apresentar ao BID os documentos preparados pelos órgãos parceiros na execução do Projeto referentes a: termos de referência para a elaboração de projetos básicos e executivos de engenharia, arquitetura, contratação de consultores e Projeto, capacitação de recursos humanos e outros; os cronogramas físico-financeiros e outros documentos instrutivos para seleção e contratação, conforme o caso;
- i) Fornecer e/ou receber, de acordo com a periodicidade e formato estabelecidos entre as partes (órgão executor e demais órgãos partícipes), dados e informações referentes ao escopo do Projeto;
- j) Prestar apoio e acompanhar, com os órgãos e entidades parceiros da execução do Projeto, os acordos e contratos de transferência de recursos e administrá-los;
- k) Executar e acompanhar os processos de aquisições de serviços de consultoria, bens, serviços diversos e obras de engenharia e construção civil, observadas a legislação vigente aplicável, as normas contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo e seus Anexos e os procedimentos operacionais estabelecidos nos documentos internos do BID;
- l) Identificar a necessidade, solicitar e/ou efetuar a compra dos equipamentos e instalações considerados necessários para a estrutura operacional da UGP/Família Paranaense - BID e das Unidades Executoras Locais (UEL), observadas a legislação vigente aplicável, as normas contratuais estabelecidas no Contrato de Empréstimo e seus anexos e os procedimentos operacionais estabelecidos nos documentos internos do BID;
- m) Acompanhar as atividades desenvolvidas por todos os órgãos, entidades, contratados e parceiros na execução do Projeto, especialmente no que concerne a administração dos contratos (pagamentos e registro contábil dos gastos com fornecedores, prestadores de serviços e demais contratados), particularmente quanto à observância dos prazos contratuais, critérios e procedimentos operacionais exigidos pelas normas públicas federais, estaduais e municipais, além das normas aplicáveis por força do Contrato de Empréstimo e seus anexos, e demais procedimentos operacionais estabelecidos nos documentos internos do BID;
- n) Acompanhar os trabalhos de auditoria externa anual de acordo com as normas pactuadas com o BID e legislação vigente;
- o) Monitorar o desempenho da execução do Projeto, com base nos indicadores incluídos na matriz de resultados;



- p) Elaborar e apresentar ao BID, conforme a frequência e prazos indicados no Contrato de Empréstimo, relatórios de desempenho do Projeto (execução física e financeira) em cumprimento das cláusulas contratuais;
- q) Administrar os recursos do Projeto e revisão documental com emissão de parecer para autorização de pagamentos;
- r) Solicitar os desembolsos de recursos junto ao BID e apresentar as correspondentes comprovações de gastos e prestações de contas;
- s) Apresentar os relatórios de progresso semestrais e as demonstrações financeiras auditadas;
- t) Manter devidamente arquivada a documentação técnica e administrativa do Projeto para exame de representantes do BID, auditores internos e externos, nos prazos estipulados no Contrato de Empréstimo;
- u) Preparar e apresentar ao Banco os pedidos de desembolso dos recursos do empréstimo, acompanhados da respectiva documentação justificativa, conforme procedimentos do Banco;
- v) Utilizar um sistema computadorizado de informação que supra as necessidades de administração e de acompanhamento técnico-gerencial da execução do Projeto, nos termos acordados com o BID;
- w) Acompanhar e supervisionar as atividades desenvolvidas no Estado pelo Projeto, conforme especificado no Manual Operativo do Projeto – MOP.

## 2. Escopo da auditoria

Este primeiro Relatório de Auditoria do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense é relativo ao período de 27 de dezembro de 2012 até 31 de dezembro de 2015. A data de 27/12/2012, dia de aprovação do perfil do projeto, é a data limite, conforme as cláusulas contratuais, para o reembolso de despesas elegíveis ao Programa, efetuadas anteriormente a assinatura do contrato.

Durante o período auditado foram efetuados dois desembolsos pelo BID, conforme quadro abaixo:

Quadro 6 - Desembolsos Efetuados pelo BID no Período Auditado

Desembolso	Modalidade	Data	Valor US\$
Desembolso 001	Adiantamento	03/03/2015	1.638.497,81
Desembolso 002	Reembolso	10/09/2015	349.640,84

Cabe aqui elucidar que até 31/12/2015 foram realizadas pela UGP cinco solicitações de desembolsos, das quais apenas duas foram efetivadas antes do encerramento do exercício. Conforme já mencionado no capítulo anterior, as solicitações de desembolsos número 003 e 004 foram canceladas por conflitos operacionais entre a conta pagadora e a conta de ingresso do recurso. A Solicitação de Desembolso 005 trata-se apenas de prestação de contas do adiantamento de recursos efetuado através do Desembolso 001.





Para substituir as Solicitações de Desembolsos 003 e 004, em 13/01/2016 foram realizadas as Solicitações 006 e 007, que apesar de não efetivadas no período auditado, integraram o escopo da auditoria.

Desta forma, todos os pagamentos incluídos nas Solicitações de Desembolso, de 001 a 007 relacionadas abaixo, foram objeto de auditoria para este primeiro Relatório.

Quadro 7 - Solicitações de Desembolsos efetuadas pela UGP

Solicitação	Modalidade	Data	Valor US\$
Desembolso 001	Adiantamento	03/03/2015	1.638.497,81
Desembolso 002	Reembolso	10/09/2015	349.640,84
Desembolso 003 (Cancelado)	Reembolso	10/09/2015	561.495,68
Desembolso 004 (Cancelado)	Reembolso	10/09/2015	240.103,30
Desembolso 005	Prestação de Contas	31/12/2015	1.170.209,31
Desembolso 006	Reembolso	13/01/2016	545.083,45
Desembolso 007	Reembolso	13/01/2016	337.641,52

## 2.1. Universo

A execução financeira do programa, até 31/12/2015, ficou praticamente restrita aos Componentes 1 e 2 do Projeto. As despesas elegíveis referentes ao Componente 1, realizadas pelo Estado no período auditado, totalizaram US\$11.094.920,33 (R\$43.167.429,00), ou seja, 19,72% do valor total de US\$56.267.000,00 previsto para o Componente 1 durante todo o projeto. As despesas elegíveis referentes ao Componente 2 totalizaram US\$287.476,77, ou seja, 0,84% do valor total de US\$34.100.000,00 previsto para o Componente 2. Assim, o total de despesas auditadas no período foi de US\$11.389.219,97 (R\$44.308.731,44).

Quadro 8 - Despesas Relativas ao Período Auditado - 27/12/2012 a 31/12/2015

			Despesa Realizada		
	Categoria de Investimento	Executor	R\$	USD	Executado*
1	Promoção da Autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade		43.167.429,00	11.094.920,33	19,72%
1.1	Assistência técnica e apoio ao modelo de acompanhamento familiar	SEDS	48.338,70	15.101,12	0,33%
1.2	Cofinanciamento dos serviços de política de assistência social	SEDS	14.935.371,90	3.984.904,42	23,37%



			Despesa Realizada		
	Categoria de Investimento	Executor	R\$	USD	Executado*
1.3	Ações de inclusão socioeconômica	SEDS SEAB	49.000,00	15.307,72	0,13%
1.4	Ações de saúde	SESA	0,00	0,00	0,00%
1.5	Ações de educação	SEED	0,00	0,00	0,00%
1.6	Transferência de renda para as famílias	SEDS	28.134.718,40	7.079.607,08	56,41%
<b>2</b>	<b>Melhoria de Bairros</b>		<b>1.119.462,44</b>	<b>287.476,77</b>	<b>0,84%</b>
2.1	Promoção de requalificação urbana e integral de bairros	SEDS COHAPAR	0,00	0,00	0,00%
2.2	Instalação, estruturação, reformas, Melhorias e aquisições de equipamentos para as unidades de Assistência Social	SEDS PRED	1.119.462,44	287.476,77	2,99%
<b>3</b>	<b>Fortalecimento Institucional</b>	SEDS	<b>21.840,00</b>	<b>6.822,87</b>	<b>0,15%</b>
<b>4</b>	<b>Administração do Projeto</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>44.308.731,44</b>	<b>11.389.219,97</b>	<b>11,39%</b>

Fonte: Demonstrativo de Investimentos Acumulados

\* Percentual executado em relação ao total previsto de execução para o programa.

## 2.2. Objetivos

Os trabalhos de auditoria foram realizados entre outubro de 2015 e abril de 2016 objetivando obter segurança razoável, via amostragem, de que:

- Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;
- Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;
- Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contrato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID;
- Os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do programa, e que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estão em conformidade com os registros contábeis subjacentes.



## 2.3. Metodologia

Em face da complexidade do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, decorrente do grande número de executores - que incluem Secretarias de Estado, autarquias e municípios paranaenses - e da pulverização territorial das ações desenvolvidas, adotaram-se critérios de materialidade e relevância para definição do escopo. Considerou-se, adicionalmente, a possibilidade de rastreabilidade dos gastos e de verificação da efetiva aplicação dos recursos envolvidos. Com base nestes critérios e considerando os valores totais investidos no período por componente de investimento, expressos no Quadro 8, as ações de controle concentraram-se nos Componentes 1 e 2, mais especificamente nos subcomponentes 1.2, 1.6 e 2.2, e utilizaram procedimentos de auditoria como segue:

- Componente 1 - Promoção da Autonomia das Famílias em Situação de Vulnerabilidade
  - Subcomponente 1.2 - Cofinanciamento dos serviços de política de assistência social
    - Avaliação dos mecanismos de controle da aplicação dos recursos repassados aos fundos municipais, abrangendo levantamento dos procedimentos adotados pela UGP e pelos municípios executores, e provas de cumprimento;
    - Avaliação *in loco* das aplicações dos recursos e de sua efetividade.
  - Subcomponente 1.6 - Transferência de renda para as famílias
    - Avaliação dos mecanismos de controle da aplicação dos recursos abrangendo levantamento dos procedimentos adotados pela UGP e provas de cumprimento;
- Componente 2 - Melhoria de Bairros
  - Subcomponente 2.2 - CRAS e CREAS - Instalação, estruturação, reformas.
    - Avaliação dos mecanismos de controle da aplicação dos recursos abrangendo o levantamento dos procedimentos adotados pela UGP e pelos municípios executores, e provas de cumprimento;
    - Avaliação *in loco* das aplicações dos recursos, das obras, e de sua efetividade.

Complementarmente à avaliação por Componente, acima descrita, foram utilizados os seguintes procedimentos de auditoria:

- Repetição de cálculos realizados pelo Executor, constantes das demonstrações financeiras, notas explicativas, informações financeiras complementares e solicitações de desembolso.



- Questionamentos, verbais ou por escrito, à Administração objetivando sanar dúvidas ou deficiências encontradas durante a execução dos trabalhos;
- Utilização de técnicas de auditoria computadorizada como apoio para:
  - realizar cálculos e comparações utilizados nos procedimentos de revisão analítica;
  - selecionar a amostra das despesas efetuadas para confirmação;
  - analisar se os registros constantes da Base de Dados do Programa guardam relação com os documentos arquivados pela UGP e/ou pelos executores.

### 3. Avaliação dos Controles Internos

A avaliação dos controles foi direcionada ao exame ou estudo das unidades organizacionais da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS, mais especificamente da Unidade de Gerenciamento do Projeto/Família Paranaense – BID.

A revisão consiste na obtenção de informações a respeito da organização e dos procedimentos estabelecidos e serve de base para as provas de cumprimento. A informação requerida foi obtida, fundamentalmente, por meio de solicitações formais, discussão com os servidores e na revisão da documentação.

As ponderações a seguir expostas decorrem, essencialmente, das constatações efetuadas durante os procedimentos de auditoria aplicados para o período auditado.

É importante diferenciar o controle interno das práticas ocorridas, ou seja, a organização pode ter controles adequados, mas sua eficácia dependerá de quem é responsável pelo seu gerenciamento, pressupondo uma atuação ética, íntegra e competente.

#### 3.1. SEDS / UGP

A UGP é uma unidade de caráter temporário, vinculada à SEDS, criada para dar suporte à execução do programa e cuja existência está definida para o período de efetividade do acordo de empréstimo junto ao BID. Por fazer parte do mesmo contexto organizacional da Secretaria, muitas das observações acerca do ambiente de controle da UGP são decorrentes das condições da SEDS.

*Observações gerais dos auditores:*



O desenvolvimento das atividades observa os três elementos necessários ao estabelecimento de um controle interno satisfatório, quais sejam, sistematização dos processos, pessoal competente e documentação das operações e seus trâmites.

A estrutura organizacional da UGP estabelece as atribuições dos responsáveis nos seus níveis de atuação (estratégico, gerencial e de execução), bem como permite a identificação das linhas de autoridade. Os servidores integrantes da UGP em sua maioria estão vinculados à SEDS, alinhando competência técnica às funções atribuídas pelo Programa.

A definição de atribuições fixa as competências de cada gestor quanto à sua atuação, não deixando margem de dúvidas sobre o papel de cada um na execução do Projeto.

A separação das funções existentes não permite que um servidor detenha o controle completo de um ciclo de transações.

As autorizações dadas pelos diferentes níveis decisórios asseguram que somente os fatos e transações válidos são iniciados de acordo com os seus interesses, possibilitando a realização das tarefas dentro dos limites impostos pela administração.

O acesso aos recursos ou arquivos dos sistemas informatizados é limitado aos indivíduos autorizados que sejam responsáveis pela sua custódia e utilização, reduzindo, assim, o risco de utilização não autorizada. Da mesma forma, o acesso físico às dependências é controlado por vigias, crachás de identificação e outros mecanismos que permitam a proteção adequada dos recursos organizacionais contra perda ou furto de bens (ativos), divulgação indevida de informações, etc.

O suporte à gestão do Programa é dado por meio da elaboração de diversos relatórios, tais como, Relatórios de Monitoramento de Progresso, Planos Operativos Anuais, Planos de Aquisições e Relatórios Financeiros.

### *Observações específicas dos auditores:*

Durante os trabalhos de auditoria, verificou-se que UGP possui razoáveis mecanismos de gestão e controle das ações do projeto. Os processos são suficientemente sistematizados e documentados, o que permite um bom monitoramento das ações, principalmente aquelas em que os municípios são os executores, desde o planejamento, passando pela execução, até a conferência das prestações de contas.



Conforme descrito na metodologia do Relatório, a aplicação dos recursos pelo Programa neste primeiro exercício concentrou-se nos subcomponentes 1.2, 1.6 e 2.2, nos quais a auditoria centralizou os esforços para analisar o controle das ações.

O Subcomponente 1.2, "Cofinanciamento dos Serviços da Política de Assistência Social", visa destinar recursos financeiros, por intermédio de transferências fundo a fundo, aos municípios para cofinanciamento da gestão, serviços e projetos de assistência social. Para tal, foram instituídos os programas "Piso Paranaense de Assistência Social" e "Incentivo Família Paranaense", ambos repassados de maneira automática, do Fundo Estadual de Assistência Social para os respectivos Fundos Municipais de Assistência Social. Para efetivação dessas transferências, a SEDS instituiu procedimentos administrativos que possibilitam a comprovação da solicitação, utilização e prestação de contas dos recursos. Assim, os municípios, que aceitaram participar, tiveram que assinar um termo de adesão e elaborar um Plano de Ação, informando em quais serviços de assistência social iriam investir os recursos recebidos do Fundo Estadual, e identificar gastos de custeio, investimentos e recursos humanos. Estes instrumentos são previamente aprovados e deliberados no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão que delibera e fiscaliza a execução dos recursos da Política Municipal de Assistência Social. A prestação de contas é feita por meio de Demonstrativo Sintético Financeiro, preenchido pelos municípios em planilha eletrônica elaborada pela UGP de forma a padronizar a prestação de contas para todos os municípios. O processo da prestação de contas é feito com acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social, do Órgão Gestor Estadual e do Conselho Estadual de Assistência Social.

Para verificar a aplicação dos recursos do subcomponente 1.2 e avaliar o controle existente, a equipe de auditoria, além da análise de controle do programa e da UGP, analisou a documentação das ações e as prestações de contas de dez municípios como amostra de auditoria. Entre os analisados, três municípios foram selecionados para inspeção *in loco*. Durante as visitas, no Município de Agudos do Sul, verificou-se uma deficiência no gerenciamento das ações do Programa. A auditoria detectou falhas graves de gestão pela equipe de Ação Social do município, que resultaram na perda do direito de receber recursos repassados através do Programa Família Paranaense, o que no caso em questão era um valor significativo para um município de pequeno porte. As falhas mencionadas poderiam ter sido sanadas, caso os servidores do município, ligados diretamente ao programa,



tivessem recebido capacitação ou uma orientação mais direta para o controle e gestão das ações ligadas ao Programa. Nos outros dois municípios visitados, Contenda e Morretes, a equipe de auditoria verificou boas práticas de gestão, de controle, equipe competente e boa estrutura para o desenvolvimento das Ações Sociais.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social possui em sua estrutura 22 Escritórios Regionais, que são unidades descentralizadas para assessoramento aos municípios em todas as ações da secretaria, incluindo o Programa Família Paranaense, estrutura que contribui para aumentar o nível e a qualidade do controle das ações.

Para este Relatório de Auditoria, o caso de Agudos do Sul foi um caso pontual, mas que possivelmente afetará a análise de risco da auditoria para o Relatório seguinte, no qual os exames para o componente afetado possivelmente serão ampliados.

Ainda sobre o Subcomponente 1.2, em reunião realizada entre a UGP e a equipe de auditoria, levantou-se a possibilidade da devolução de recursos após conferência da prestação de contas nas ações do "Incentivo Família Paranaense", o que causaria certa distorção nos valores investidos pelo Programa. No Piso Paranaense de Assistência Social, a possibilidade de devolução existe, mas como é uma ação continuada o valor pode ser reutilizado para despesas posteriores.

O subcomponente 1.6, "Transferência de Renda às Famílias", visa a transferência de recursos diretamente às famílias. Denominado de "Renda Família Paranaense" é uma renda complementar ao Programa Bolsa Família do Governo Federal, como forma de complementar a chamada linha da pobreza, que no caso do Estado do Paraná foi definida em dez reais acima da linha da pobreza nacional. Para ser beneficiária desta complementação, a família já deve ser beneficiária do Programa Bolsa Família, seguindo assim as mesmas regras deste. Com isso, a auditoria concentrou-se em analisar o funcionamento do processo de envio deste recurso para as famílias beneficiárias no Estado do Paraná, que é efetivado em conjunto com a Caixa Econômica Federal, contratada pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado para executar os pagamentos do Bolsa Família e do Renda Família Paranaense, respectivamente. Neste componente, salientamos que a auditoria não analisou o método, tampouco as normas e a efetividade do Programa Bolsa Família.



O subcomponente 2.2, "CRAS e CREAS - Instalação, estruturação, reformas", visa a melhoria da estrutura física e a ampliação da rede de equipamentos públicos de assistência social nos municípios prioritários que não contam com CRAS e CREAS ou não apresentam condições físicas para o atendimento da população. Para isto, serão financiados a construção, reforma e equipamentos de estabelecimentos CRAS e CREAS e ainda, a aquisição de veículos para atendimento às famílias.

O objetivo desses Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) é atender às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de fortalecer a função protetiva de tais Centros, e prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários. São prioritários no atendimento os beneficiários que atendem aos critérios de participação de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais, pessoas com deficiência e pessoas idosas que vivenciam situações de fragilidade.

As obras de CRAS, que integraram os investimentos realizados no período, foram executadas mediante a celebração de convênios entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, e os municípios. Com isso, o controle destas obras por parte da SEDS limitou-se ao acompanhamento documental das prestações de contas dos convênios.

Para verificar se os recursos financeiros disponibilizados pelo Programa foram utilizados para a execução do objeto previsto no Termo de Convênio e avaliar o controle existente, a equipe de auditoria selecionou, por amostragem, duas obras de CRAS das seis obras executadas através deste componente.

Os recursos repassados pelo Programa para a execução dessas obras integraram os gastos do período retroativo estabelecido pelo contrato de empréstimo, e de acordo com a UGP, as próximas obras do componente em questão serão executadas pela própria UGP, com participação da Paraná Edificações, e não mais através de convênio.

Durante vistoria in loco nas obras da amostra, verificou-se que ambas foram concluídas e que as edificações apresentam boas condições de utilização, com mobiliário adequado ao funcionamento daqueles órgãos, equipamentos de informática em quantidade adequada às





necessidades, bem como a existência de equipe técnica apropriada (assistentes sociais e psicólogos) e em número suficiente para o atendimento da atual demanda.

Constatou-se também que os atendimentos estão sendo realizados e registrados, havendo anotações das ações realizadas pelas equipes em prontuários e atas de reunião.

Algumas observações com relação aos convênios auditados foram relacionadas abaixo com o intuito de aprimorar as ações de programas de governo que porventura envolvam obras públicas.

- a) O objeto do Termo de Convênio não se restringe apenas à construção do CRAS, e menciona serviços inerentes ao funcionamento deste, tal qual articular a rede local e prestar serviços em atenção às necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população do município.
- b) Não há um projeto padrão desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná atrelado ao objeto do Convênio, tendo sido utilizado o projeto padrão elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal.
- c) Os recursos previstos no Convênio são exatamente os mesmos para as obras, não considerando a possibilidade de haver diferença nos preços unitários em razão da localização geográfica dos municípios, bem como a diferença nas fundações em função da tipologia do solo.
- d) O cronograma de repasses é diferente para cada obra, não tendo sido considerado o cronograma físico-financeiro das obras. Além disso, o cronograma não define uma data para cada repasse, tratando somente do número de parcelas.
- e) Foi observado atraso nos repasses com relação ao percentual executado da obra indicado nas medições.

O detalhamento da vistoria dessas obras encontra-se no item 4.2 deste Relatório.

Com isso, após todas as análises, visitas e questionamentos, a equipe de auditoria pôde concluir que, apesar da dimensão do programa, a UGP está cumprindo o seu papel atribuído pelo Decreto nº10.456/2014 e acordado com o BID. A SEDS possui uma boa estrutura para execução das ações, bem como a UGP também conta com equipe capacitada e plenamente envolvida com o Projeto.



## 3.2. Sistemas de Informações

O controle dos recursos aplicados no Projeto é parcialmente realizado por meio de gerenciamento informatizado e envolve o Sistema Informatizado de Acompanhamento Financeiro - SIAF e o Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Projetos e Programas - SIGMA-PP.

O SIAF permite o registro de dados de natureza orçamentária, patrimonial, financeira e contábil, formulando e exigindo o cumprimento de regras, por meio de padrões, métodos e rotinas de trabalho. Os sistemas que compõem o SIAF são integrados, e a atualização de seus dados é processada online e em tempo real. Possui uma estrutura de software e hardware, que através de rede de transmissão de dados da CELEPAR permite a integração dos órgãos da administração direta, localizados em vários pontos do Estado do Paraná.

Os registros que integram a base de dados do Projeto são extraídos da base de dados do SIAF, o que garante que foram registrados em um ambiente contábil adequado.

O sistema SIGMA-PP é uma ferramenta desenvolvida pela CELEPAR e tem como objetivo fazer o monitoramento, acompanhamento físico-financeiro e avaliação do Projeto, por meio da utilização de dados do SIAF complementados por dados gerenciais alimentados por diferentes órgãos da administração.

Até o momento do término dos trabalhos de auditoria, o SIGMA-PP ainda não havia sido concluído apesar de algumas funcionalidades do sistema já estarem em operação. Com isso, a utilização do sistema pela UGP ficou restrita à importação dos dados de pagamentos do SIAF. Deste modo, a geração de relatórios e planilhas financeiras, neste primeiro exercício, foi feita pela equipe da UGP manualmente com auxílio de planilhas eletrônicas.

A falta de um sistema de acompanhamento financeiro em plena operação impacta significativamente a padronização dos procedimentos e a gestão das ações empreendidas pelos executores, fragilizando os mecanismos de controle do Projeto como um todo.

Por fim, ressaltamos que apesar da pouca operacionalidade do SIGMA-PP, não foram detectados problemas significativos no que cabe à gestão financeira do Programa.



## 4. Processos de Aquisições

### 4.1. Licitações

A avaliação dos procedimentos licitatórios foi direcionada à verificação do cumprimento das políticas que regem a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços técnicos em projetos financiados pelo BID conforme estabelecido nas "Políticas para aquisição de bens e contratação de obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento".

A lista de licitações abertas no período auditado, informada pela própria UGP, encontra-se no Quadro 9.

Quadro 9 - Lista de processos licitatórios abertos no período auditado

PROTOCOLO	OBJETO	VALOR ESTIMADO
13.519.398-4	Contratação de empresa gerenciadora para realização de serviços técnicos especializados assessoramento técnico, administrativo e financeiro, gerenciamento e monitoramento e avaliação BID	R\$17.219.512,45
13.405.108-6	Aquisição de Equipamentos, para suporte as ações do componente 03 – Projeto integrado de inclusão social e requalificação urbana – BID – PE 01/2015	R\$ 312.819,21
13.617.805-9	Aquisição de Notebook e projetor de multimídia – PE 06/2015	R\$ 170.448,70
13.626.271-8	Contratação de consultor individual -BID	R\$ 170.158,91
13.737.462-5	Contratação de serviços técnicos especializados de consultoria para desenvolvimento e aplicação de metodologia de acompanhamento família para as famílias incluídas no programa integrado de inclusão social	R\$ 73.244,91

A lista de licitações analisadas pela auditoria encontra-se no Quadro 10.

Quadro 10 - Lista de processos licitatórios analisados pela auditoria

PROTOCOLO	OBJETO	VALOR ESTIMADO	CONTRATO
13.519.398-4	Contratação de empresa gerenciadora para realização de serviços técnicos especializados, assessoramento técnico, administrativo e financeiro, gerenciamento e monitoramento e avaliação BID. <b>SBQC</b>	R\$17.219.512,45	Em fase de contratação: Consórcio Integração, formado pelas sociedades empresárias Ductor Implantação de Projetos Ltda. e Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios Ltda.
13.405.108-6	Aquisição de Equipamentos, para suporte as ações do componente 03 – Projeto integrado de inclusão social e requalificação urbana – BID – PE 01/2015	R\$ 312.819,21	Lote 01 – Lider Notebooks Com. E Serv. Ltda EPP – Contrato nº 2917/2015: R\$94.649,00; Lote 02: Licitação fracassada. Lote 03: Vixbot Soluções em Informática Ltda EPP – Contrato nº 2918/2015 R\$23.989,97; Lote 4: Licitação Fracassada Lote 05 e Lote 07: Eco Comunicações Ltda – Contrato nº 2919/2015 R\$60.989,50 e R\$43.980,00.



A auditoria analisou um processo licitatório na modalidade SBQC, normatizado pela GN-2350-9 e outro processo na modalidade Pregão Eletrônico.

De modo geral, as regras acordadas com o BID para aquisições de bens e contratações de obras ou serviços foram seguidas no transcorrer dos processos licitatórios analisados.

## 4.2. Obras

Com relação às obras executadas, apenas seis integraram os investimentos realizados pelo Programa Família Paranaense no período auditado. Estas seis obras pertencem ao Componente 2.2 e todas elas se referem à construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que no total receberam R\$287.476,77 em repasses durante o referido período.

A UGP forneceu uma relação das obras executadas pelo Programa. Essas obras previam a implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) mediante a celebração de convênios entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, com a interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, e os Municípios. A partir dessa relação, foram selecionadas duas obras, por amostragem, as quais foram auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, com o objetivo de verificar se os recursos financeiros disponibilizados pelo Programa foram utilizados para a execução do objeto previsto no Termo de Convênio.

- OBJETO DOS TERMOS DE CONVÊNIO Nº 075/2012 (MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE) E Nº 080/2012 (MUNICÍPIO DE RIO AZUL):

O presente instrumento tem por objetivo a implantação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, por intermédio da construção de espaço público voltado a identificação de situações de vulnerabilidade social e risco no território de abrangência, articular a rede local e prestar serviços em atenção às necessidades e expectativas das famílias e comunidades, contribuindo para a superação dos baixos indicadores sociais de parte significativa da população do Município.

Quadro 11 - Relação de obras incluídas na amostra da auditoria

Credor	Convênio	Protocolo	Local	Empresa	Status (%)	Valor Pago US\$
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL</b>	TC 12/0080	11.449.045-8	Rua Carneiro Corsi, 09	GOP Engenharia Ltda - EPP	100	54.142,88
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE</b>	TC 12/0075	11.449.208-6	R. Evaldo Oscar Mattege, s/nº - Centro	Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina	100	65.940,07
<b>TOTAL PAGO NO PERÍODO</b>						<b>120.082,95</b>



Os recursos previstos nos Termos de Convênio das obras selecionadas foram os seguintes:

**Quadro 12 - Percentual de recursos do Governo Estadual e contrapartida**

Convênio N°	Município	Data	Governo Estadual	%	Município	%	Total
075/2012	Campo do Tenente	11/06/2012	R\$257.698,59	80%	R\$64.424,65	20%	R\$322.123,24
080/2012	Rio Azul	11/06/2012	R\$289.910,92	90%	R\$32.212,32	10%	R\$322.123,24

Apesar do objeto dos Termos de Convênio ser exatamente o mesmo para os casos analisados, os percentuais de repasse pelo Governo Estadual foram diferenciados, sendo de 80% (oitenta por cento) ao Município de Campo do Tenente (Convênio N° 075/2012) e de 90% (noventa por cento) ao Município de Rio Azul (Convênio N° 080/2012).

**Quadro 13 - Cronograma de desembolso dos recursos**

	Campo de Tenente		Rio Azul	
	Convênio N° 075/2012		Convênio N° 080/2012	
Parcela	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Primeira	50.586,23	19,63	80.421,29	27,74
Segunda	31.000,14	31,66	75.550,78	53,80
Terceira	34.170,83	44,93	79.029,72	81,06
Quarta	54.245,55	65,98	54.909,13	100
Quinta	51.153,17	85,82		
Sexta	36.541,66	100		

Para o Município de Campo do Tenente (Convênio N° 075/2012) foram previstas 6 (seis) parcelas de repasse e para o Município de Rio Azul (Convênio N° 080/2012) foram previstas 4 (quatro) parcelas. Não ficaram definidas datas específicas para os repasses nos Termos de Convênio.

## PROJETO

Verificou-se que foi utilizado o projeto padrão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, com área construída de 165,30 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e cinco vírgula trinta metros quadrados).

**Quadro 14 - Características da edificação**

Item	Cômodo	Área (m <sup>2</sup> )
1	Acesso Coberto	6,25
2	Recepção	22,80
3	Sala de Atendimento Familiar	12,00



4	Sala Multiuso	35,00
5	Sala de Coordenação/ Administração	19,80
6	Almoxarifado	5,00
7	Copa	5,30
8	Área de Serviço Coberta	3,30
9	WC para PNE (masculino/ feminino)	2,55 cada um
10	WC coletivo (masculino/ feminino)	2,40 cada um
11	Espaço Externo Coberto	14,05
12	Circulação	14,03
13	Jardim	2,22

Em ambas as obras, o valor estimado foi de R\$322.123,24 (trezentos e vinte e dois mil, cento e vinte e três reais e vinte e quatro centavos), apesar de existir a possibilidade de preços unitários diferentes devido à localização geográfica das mesmas e, principalmente, a possibilidade de haver diferença entre as fundações das obras em virtude da tipologia do solo.

Foram firmados termos aditivos de valor para as obras auditadas, sendo que os recursos adicionais ficaram sob responsabilidade exclusiva do município:

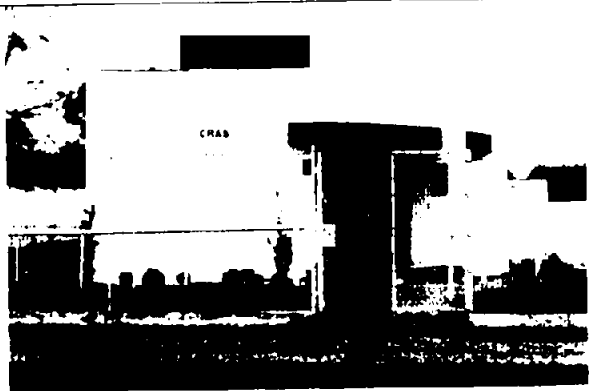
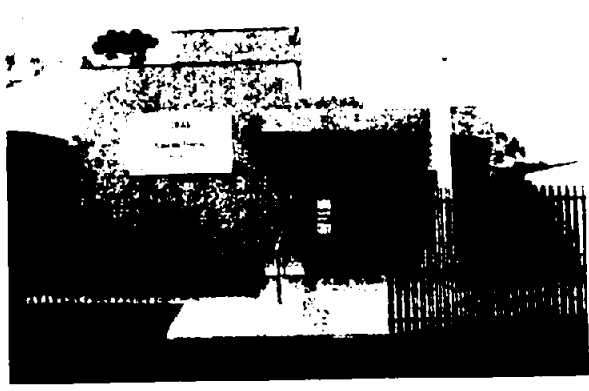
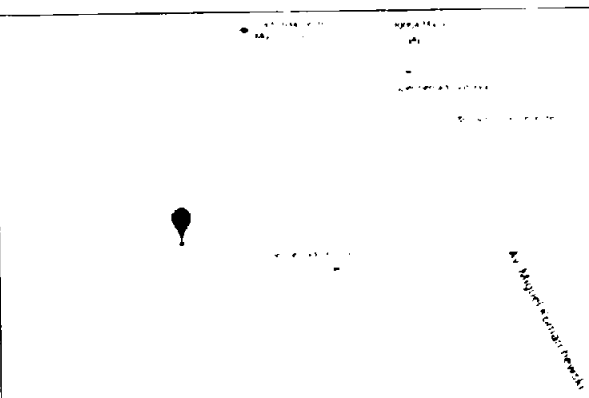
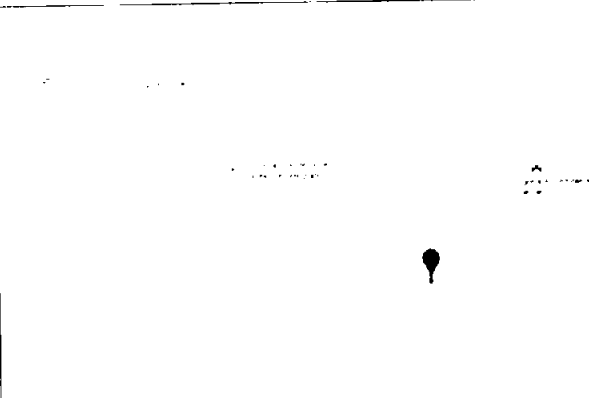
**Quadro 15 - Aditivos de valor às obras relacionadas aos Convênios**

Convê- nio	Munici- pio	Inicialmente Previsto	%	Data do aditivo	Aditivo de valor	%	Total da obra
Nº 075/2012	Campo do Te- nente	R\$322.123,24	100%	20/08/2014	R\$40.296,90	12,51	R\$362.420,14
Nº 080/2012	Rio Azul	R\$322.123,24	100%	06/05/2013	R\$65.593,81	20,36	R\$387.717,05

## EXECUÇÃO DA OBRA

Foi realizada vistoria no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Campo do Tenente, à Rua Evaldo Oscar Mattege, s/nº, Centro, em 11/04/2016, e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Rio Azul, à Rua Cafi-eiro Corsi, s/nº, Centro, em 13/04/2016.



	
Campo do Tenente	Rio Azul
	
Coordenadas -25.982411, -49.685493	Coordenadas -25.726654, -50.787201

Conforme a vistoria realizada, constatou-se que as duas obras auditadas foram concluídas, porém, conforme a documentação apresentada pelo gestor do Programa ao Tribunal de Contas, uma das obras apresentou atraso com relação ao prazo de execução inicialmente previsto em Contrato.

Quadro 16 - Prazo de execução versus prazo previsto em Contrato

Contrato	Prazo previsto no Contrato	Data do Contrato	Data do recebimento da Obra	Dias transcorridos
Nº 1/2014 – Município de Campo do Tenente	180 dias	13/01/2014	24/06/2015	527 dias
Nº 92/2012 – Município de Rio Azul	365 dias	25/06/2012	13/06/2013	353 dias

Não foi evidenciado aditivo de prazo de execução para a obra executada no Município de Campo do Tenente.



Foi feita correlação entre a data das medições e o respectivo percentual executado da obra com a data e respectivo percentual acumulado das Notas Fiscais, e a data e respectivos percentuais dos repasses.

Constatou-se que as Notas Fiscais foram emitidas com atraso em relação ao andamento da obra, e os repasses, de responsabilidade do Concedente, foram feitos com atraso em relação aos percentuais das Notas Fiscais emitidas.

Quadro 17 - Contrato nº 1/2014 – Município de Campo do Tenente

Medições			Notas Fiscais			Repasse do Governo Estadual	
Nº	Data	% Acumul.	Nº	Data	% Acumul.	Data	% Acumul.
1ª	22/04/2014	53,104%	Nº 1	30/04/2014	16,22%	04/07/2014	65,97%
			Nº 2	30/04/2014	24,35%		
2ª	20/05/2014	69,365%					
3ª	02/07/2014	77,528%	Nº 11	07/07/2014	45,38%		
			Nº 12	07/07/2014	63,59%		
4ª	26/08/2014	90,55%					
5ª	30/09/2014	90,55%	Nº 17	23/09/2014	82,87%		
6ª	20/01/2015	90,55%					
7ª	13/05/2015	90,55%					
			Nº 18	15/06/2015	89,95%	11/06/2015	85,82%
8ª	07/07/2015	94,44%					
9ª	24/07/2015	100%	Nº 25	24/08/2015	100%	18/08/2015	100%

Quadro 18 - Contrato nº 92/2012 – Município de Rio Azul

Medições			Notas Fiscais			Repasse do Governo Estadual	
Nº	Data	% Acumul.	Nº	Data	% Acumul.	Data	% Acumul.
			Nº 41	21/09/2012	23,08%	20/09/2012	27,74%
1ª	22/11/2012	54,06%					
2ª	16/01/2013	81,31%	Nº 62	11/03/2013	44,76%	07/03/2013	53,80%
			Nº 63	11/03/2013	67,44%	08/03/2013	81,06%
			Nº 71	13/05/2013	84,38%		
3ª	13/06/2013	100%				05/08/2013	100%
			Nº 106	20/11/2013	100%		

O atraso no repasse dos recursos pode ter contribuído para o atraso da obra em relação ao prazo inicialmente previsto em Contrato.





## ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Verificou-se que as edificações fiscalizadas, utilizadas como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), estão em boas condições de utilização. Segundo informações, a edificação do CRAS em Rio Azul apresenta uma infiltração na laje de cobertura da recepção. Conforme informações das pessoas que trabalham naquele CRAS, o fato já foi comunicado à Prefeitura Municipal para providências.

## FUNCIONAMENTO DO CRAS

Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) auditados foi evidenciada a existência de mobiliário compatível com o funcionamento daqueles órgãos, e equipamentos de informática em número compatível com as pessoas que lá trabalham.

No Município de Campo do Tenente foi evidenciada uma equipe composta por um coordenador, dois técnicos (psicólogo e assistente social), uma estagiária e um auxiliar de serviços gerais.

No Município de Rio Azul foi evidenciada uma equipe composta por dois técnicos (psicólogo e assistente social), dois assistentes administrativos e um auxiliar de serviços gerais.

Foram constatados registros para os atendimentos realizados, bem como anotação das ações realizadas pelos profissionais e pela equipe do CRAS. No Município de Campo do Tenente, os registros de atendimento são feitos em um livro diário, e as ações realizadas em atas de reunião. No Município de Rio Azul, os registros são feitos em formulários próprios, os quais são utilizados como relatórios e encaminhados à regional da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Paraná - SEDS. As ações realizadas são anotadas nos prontuários (pastas suspensas) das pessoas atendidas.



## 5. Achados de Auditoria

Os Achados de Auditoria dizem respeito a deficiências importantes na concepção ou operação do sistema de controle interno, que em nossa opinião poderiam afetar adversamente a capacidade do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da Administração nas Demonstrações Financeiras.

No período auditado, não foram detectadas condições relevantes que mereceram ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria.



É o Relatório,

Curitiba, 20 de maio de 2016.

Vitor Hugo Steinke  
Coordenador de Auditoria  
Matricula nº 51.740-2  
CRC/PR nº 57.174

Denise Gomel  
Diretora da Diretoria de Auditorias  
Matricula nº 50.675-3  
CAU nº A15413-0

Denilson Aldino Beal  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.950-2  
CORECON-PR nº 7959

Flavio Afonso Hernandez de Lima  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.937-5  
OAB-PR nº 32.440

Lucio Magalhaes Araujo Hyczy  
Analista de Controle  
Matricula nº 51.963-4  
CREA-PR nº 33.902/D



**CARTA À GERÊNCIA**



## CARTA À GERÊNCIA

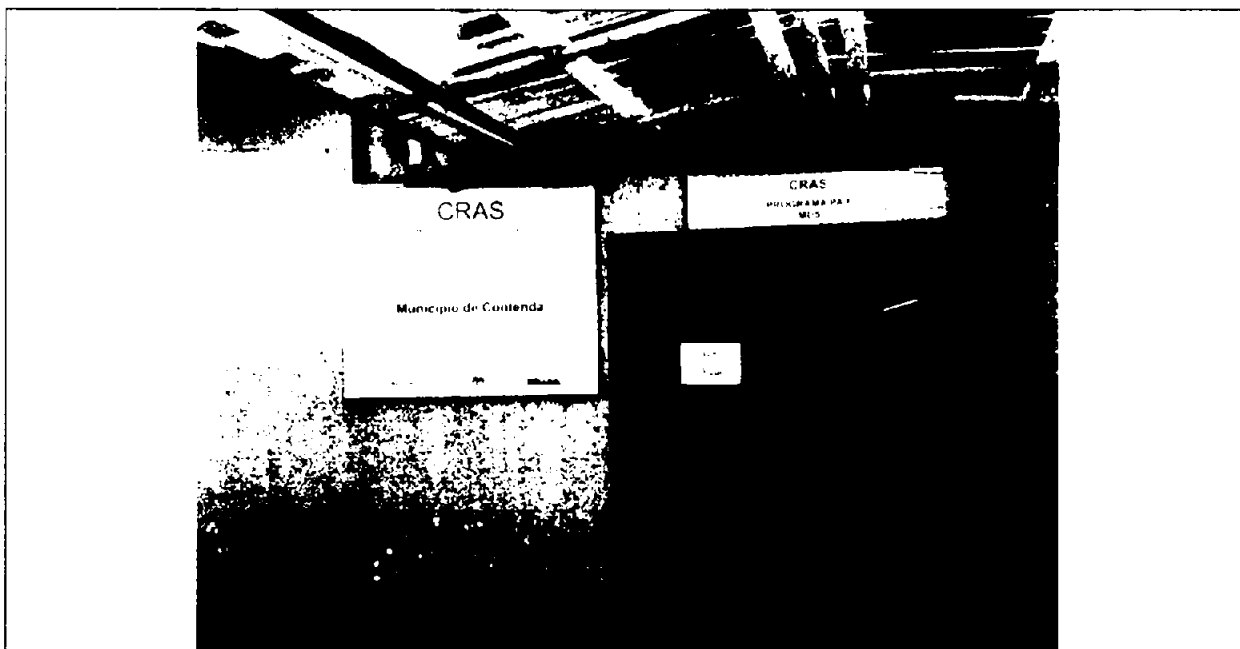
No decorrer do exercício de 2015 não foi encaminhada Carta à Gerência do Programa Integrado de Inclusão Social e Requalificação Urbana – Família Paranaense, relatando as constatações menos significativas sobre o sistema de controle interno do Projeto, em razão de não terem sido identificadas condições que merecessem tal comunicação.

Uma deficiência significativa é a condição na qual a concepção ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos funcionários durante o curso normal das funções que lhes foram atribuídas.

Nossa consideração do sistema de controle interno não expõe, necessariamente, todos os assuntos do referido sistema que poderiam ser considerados deficiências significativas e, por conseguinte, não exclui todas as condições de risco, em conformidade com a definição anterior.



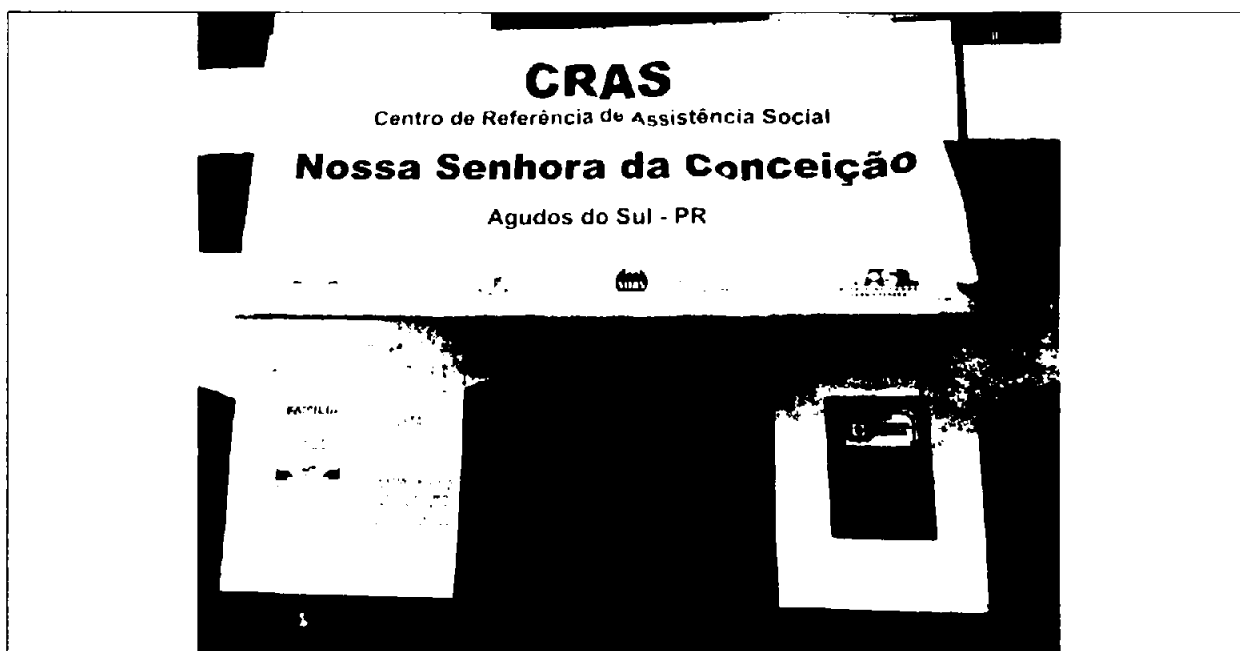
**REGISTRO FOTOGRÁFICO**



**Fotografia nº 01** – Entrada do CRAS do Município de Contenda, instalado dentro da Prefeitura Municipal por não possuir sede própria – Data: 01/04/2016.



**Fotografia nº 02** – Entrada do CREAS do Município de Contenda, instalado dentro da Prefeitura Municipal por não possuir sede própria – Data: 01/04/2016.



Fotografia nº 03 – Entrada do CRAS do Município de Agudos do Sul, instalado em imóvel exclusivo para ações do CRAS – Data: 01/04/2016.



Fotografia nº 04 – Casa Lar do Município de Agudos do Sul reformada com recursos do Programa Família Paranaense – Data: 01/04/2016.





**Fotografia nº 05** – CRAS do Município de Morretes, instalado em imóvel exclusivo para ações do CRAS  
– Data: 08/04/2016.



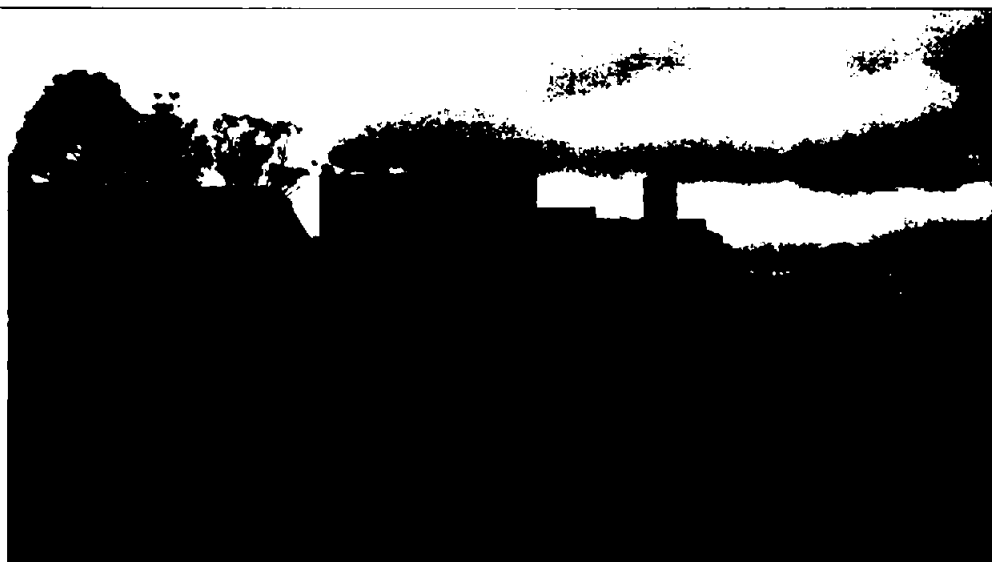
**Fotografia nº 06** – Automóvel utilizado pela equipe de ação social do Município de Morretes e adquirido com recursos do Piso Paranaense de Assistência Social - Programa Família Paranaense – Data: 01/04/2016.



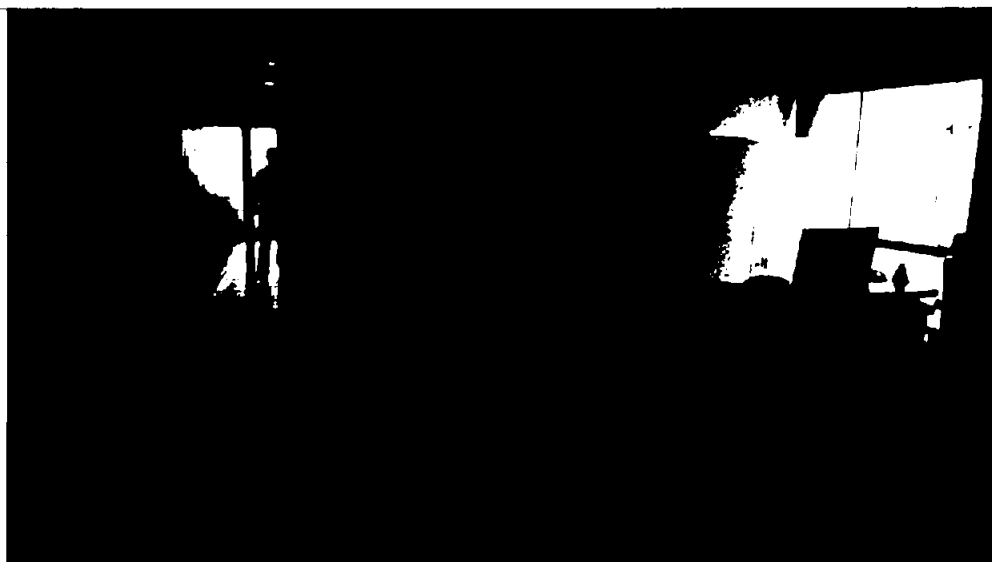
**Fotografia nº 07** – CRAS do Município de Campo do Tenente, construído com recursos do Programa Família Paranaense – Data: 11/04/2016.



**Fotografia nº 08** – Recepção do CRAS do Município de Campo do Tenente, construído com recursos do Programa Família Paranaense – Data: 11/04/2016.



**Fotografia nº 09** – CRAS do Município de Rio Azul, construído com recursos do Programa Família Paranaense – Data: 13/04/2016.



**Fotografia nº 10** – Recepção do CRAS do Município de Rio Azul, construído com recursos do Programa Família Paranaense – Data: 13/04/2016.